



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA**

MARIA CLEONICE TAVARES DE SOUSA

**TRAUMAS E MEMÓRIAS DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE: UMA ANÁLISE DA OBRA
HIBISCO ROXO**

**PALMAS
2026**

MARIA CLEONICE TAVARES DE SOUSA

**TRAUMAS E MEMÓRIAS DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE: UMA ANÁLISE DA OBRA
HIBISCO ROXO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa da Unidade Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do Título de Licenciando (a) em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Dr^a. Alini Cardoso de Albuquerque Alves.

PALMAS
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S725t Sousa, Maria Cleonice Tavares de
 TRAUMAS E MEMÓRIAS DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE: UMA
 ANÁLISE DA OBRA HIBISCO ROXO / Maria Cleonice Tavares de
 Sousa. – Palmas, TO, 2026.
 60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras -
Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, Palmas, TO, 2026.

Orientadora: Ma. Alini Cardoso de Albuquerque Alves.

1. Literatura africana. 2. Memória. 3. Mulheres negras. I. Alves, Alini
Cardoso de Albuquerque. II. Título.

CDD 400

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

MARIA CLEONICE TAVARES DE SOUSA

**TRAUMAS E MEMÓRIAS DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE: UMA ANÁLISE DA OBRA
HIBISCO ROXO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa da Unidade Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do Título de Licenciando (a) em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Orientador Dr^a. Alini Cardoso de Albuquerque Alves
Examinador (a)

Prof(a). Dr^a. Juliana Abrahão da Silva Castilho
Examinador(a)

Prof^a. Dr^a. Soraia Cristina Blank Arraes
Examinador(a)

Dedico este trabalho a Deus, pela sua infinita bondade, sem ele não teria conseguido. Aos meus filhos, Samuel, Débora e Paulo Ricardo. Ao meu genro Santiago e meus netos Valentina e Azaniel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre ao meu lado durante este período tão desafiador da minha trajetória acadêmica, sustentado e nunca me deixou desistir.

Aos meus filhos e netos que sempre foram a minha inspiração, dedico a minha gratidão.

Expresso a minha gratidão a todos os professores e colegas de curso que, de forma direta ou indireta, participaram da minha jornada acadêmica, me incentivando a continuar nos momentos em que eu pensava que não conseguiria. Em especial, ao meu professor e amigo Edivaldo Luz, pelo incentivo e pelas aulas de redação; sem isso, eu nunca teria sido aprovado no vestibular.

Agradeço as professoras Fernanda Silva e Soraia Blank, que sempre acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu mesma duvidava.

À minha orientadora, Dr^a. Alini Alves, que aceitou me orientar, mesmo ciente das minhas muitas limitações, meu sincero agradecimento.

E por fim, agradeço ao IFTO Campus Palmas, pela qualidade do ensino oferecido e a todos os profissionais que contribuíram em minha formação acadêmica.

RESUMO

Esta monografia apresenta uma análise da obra de Chimamanda Ngozi Adichie, enfocando os efeitos dos traumas e memórias deixada nas mulheres negras nigerianas, brasileiras e suas afrodescendentes. O objeto de análise são as personagens kambili, Beatrice e Ifeoma do romance *Hibisco Roxo* (2003), de Adichie. Este trabalho investiga de que maneira a narrativa representa e reelabora os traumas vivenciados pelas personagens a partir da articulação entre dimensões íntimas e sociais mediadas pela memória. Ambientado na Nigéria pós-colonial da década de 1990, período marcado por instabilidade política, autoritarismo militar e tensões socioculturais, o romance constrói um retrato complexo da sociedade nigeriana e de suas heranças coloniais, evidenciando como essas estruturas atravessam o espaço doméstico e moldam subjetividades. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como os traumas domésticos, psicológicos e socioculturais são representados e ressignificados no romance por meio da memória. Conclui-se que a relevância do estudo reside na contribuição para os debates sobre trauma na literatura africana, especialmente a partir de perspectivas femininas negras, evidenciando a literatura como espaço de denúncia, resistência simbólica e elaboração do sofrimento. Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa de natureza bibliográfica e interpretativa, inserida no campo dos estudos literários, com diálogo interdisciplinar com a teoria do trauma, a filosofia da memória, os estudos pós-coloniais e os estudos culturais.

Palavras-chave: Literatura africana. Memória. Trauma. Identidade. Mulheres negras.

ABSTRACT

This monograph adopts an analytical approach to the work of Chimamanda Ngozi Adichie, focusing on the effects of trauma and memory experienced by Nigerian Black women, Brazilian Black women, and Afro-descendant women. The object of analysis comprises the female characters Kambili, Beatrice, and Ifeoma. The study centers on the novel *Purple Hibiscus* (2003), by Adichie, investigating how the narrative represents and re-elaborates the traumas experienced by these characters through the articulation of intimate and social dimensions mediated by memory. Set in postcolonial Nigeria in the 1990s a period marked by political instability, military authoritarianism, and sociocultural tensions the novel constructs a complex portrayal of Nigerian society and its colonial legacies, revealing how these structures permeate the domestic sphere and shape subjectivities. The general objective of this research is to analyze how domestic, psychological, and sociocultural traumas are represented and re-signified in the novel through memory. It is concluded that the relevance of this study lies in its contribution to debates on trauma in African literature, particularly from Black feminist perspectives, highlighting literature as a space for denunciation, symbolic resistance, and the elaboration of suffering. This research is characterized as a bibliographical and interpretative study within the field of literary studies, engaging in interdisciplinary dialogue with trauma theory, the philosophy of memory, postcolonial studies, and cultural studies.

Keywords: African literature. Memory. Trauma. Identity. Black women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Chimamanda Ngozi Adichie Autora do Livro Hibisco Roxo.....	11
Figura 2 - Foto do livro Hibisco Roxo.....	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	TRAUMA, MEMÓRIA E LITERATURA.....	13
2.1	A teoria do trauma: Caruth e Herman.....	13
2.2	Memória e Identidade em Ricoeur e Halbwachs.....	20
2.3	Papel Simbólico da Literatura em Hibisco Roxo.....	22
3	O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA NIGÉRIA E SUAS REVERBERAÇÕES NA OBRA.....	25
4	A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA E DO SILÊNCIO EM HIBISCO ROXO	34
4.1	Apontamentos sobre a Nigéria.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A literatura africana contemporânea tem se consolidado como um campo fundamental para a reinterpretação crítica das experiências históricas, sociais e subjetivas que foram silenciadas ou marginalizadas ao longo do processo de colonização europeia. Mais do que um espaço de expressão estética, essa produção literária assume um papel político e epistemológico ao questionar narrativas hegemônicas e propor novas formas de compreender o passado e o presente do continente africano. Conforme aponta Mbembe (2017), a escrita africana no contexto pós-colonial busca reconstruir memórias fragmentadas, denunciar violências estruturais e reinscrever identidades historicamente negadas, funcionando como uma prática de resistência simbólica frente aos legados do colonialismo.

Nesse contexto, Chimamanda Ngozi Adichie desponta como uma das vozes mais expressivas da literatura africana contemporânea. Sua obra articula, de maneira sensível e crítica, temas como gênero, trauma, cultura, identidade, pós-colonialidade e resistência, tornando-se referência central nos estudos literários e culturais do século XXI. Segundo Nwakanma (2014), Adichie ocupa um lugar singular ao dialogar com tradições literárias africanas e, ao mesmo tempo, tensionar discursos globais, evidenciando as complexidades da experiência africana contemporânea, especialmente a partir de perspectivas femininas e juvenis.

Hibisco Roxo (2003), romance de estreia da autora, insere-se nesse movimento ao mesclar elementos autobiográficos e ficcionais para explorar aspectos profundos e complexos da sociedade nigeriana pós-colonial. A narrativa constrói, de forma sensível e detalhada, um panorama social, político e religioso da Nigéria contemporânea, revelando as tensões entre tradição e modernidade, fé e opressão, silêncio e resistência. Ao adotar a perspectiva de uma jovem protagonista, a obra permite que o leitor acompanhe o impacto das estruturas de poder sobre a formação subjetiva e emocional dos indivíduos.

Ambientado na Nigéria da década de 1990, período marcado por instabilidade política, repressão militar e crises sociais, o romance dialoga diretamente com o contexto histórico analisado por Falola (2009), que destaca os efeitos do autoritarismo sobre a vida cotidiana e as relações sociais no país. Nesse cenário, a trajetória de Kambili Achike é atravessada por experiências de violência doméstica, controle religioso e silenciamento emocional, que podem ser compreendidas à luz dos estudos

sobre trauma desenvolvidos por autores como Caruth (1996) e Herman (1992). Esses teóricos apontam que o trauma não se limita ao evento violento em si, mas se manifesta de forma duradoura na memória, no corpo e na subjetividade.

A narrativa evidencia que o trauma ultrapassa o âmbito individual, articulando-se a dimensões sociais, históricas e culturais mais amplas. A figura de Eugene, pai da protagonista, representa a internalização de valores coloniais associados ao cristianismo europeu e à rejeição das tradições locais, fenômeno descrito por Fanon (2008) como uma das marcas mais profundas do colonialismo. Essa internalização gera não apenas a ruptura com práticas culturais ancestrais, mas também a reprodução da violência no espaço doméstico, configurando um trauma que se estende para além do núcleo familiar. Tais dinâmicas dialogam com as reflexões da crítica pós-colonial, conforme sistematizadas por Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2002), ao analisarem os efeitos persistentes do colonialismo sobre identidades e subjetividades.

Diante dessa complexidade, esta pesquisa formula como problema central a seguinte questão: de que maneira *Hibisco Roxo* representa e reelabora os traumas vivenciados pelas personagens, articulando dimensões íntimas e sociais mediadas pela memória? Parte-se da hipótese de que Adichie utiliza a literatura como um espaço de elaboração simbólica do trauma, no qual o silêncio, a violência e a resistência são narrados de forma a revelar tanto as feridas do passado quanto as possibilidades de transformação.

O objetivo geral deste trabalho foi de analisar como os traumas domésticos, psicológicos e socioculturais são representados e ressignificados por meio da memória no romance *Hibisco Roxo*. Como objetivos específicos, pretende-se: discutir fundamentos teóricos sobre trauma e memória a partir das contribuições de Caruth (1996), Herman (1992), Ricoeur (2007) e Van der Kolk (2014); examinar as manifestações do trauma nas personagens Kambili, Beatrice e Jaja, relacionando suas experiências ao conceito de trauma pós-colonial; analisar o hibisco roxo como símbolo de transformação e resistência, à luz da metáfora literária discutida por Ricoeur (2007); e relacionar as experiências traumáticas às tensões sociopolíticas da Nigéria pós-colonial, conforme os estudos de Falola (2009).

A relevância desta pesquisa se justifica tanto no campo acadêmico quanto no âmbito social. Do ponto de vista teórico, estudos sobre trauma na literatura africana possibilitam compreender os efeitos duradouros do colonialismo, especialmente sobre mulheres e sujeitos subalternizados, temática discutida por autoras como Oyěwùmí

(1997) e, em diálogo com o contexto latino-americano, por Gonzalez (1982). A obra de Adichie contribui para ampliar o repertório crítico ao oferecer uma narrativa que evidencia as marcas da violência emocional, cultural e simbólica, reforçando a importância de vozes femininas negras na produção do conhecimento.

No plano pessoal, este estudo também se ancora em experiências que dialogam com a temática da obra. Enquanto mulher negra que vivenciou processos de silenciamento e desafios emocionais semelhantes aos narrados por Adichie, reconhece-se nas personagens de *Hibisco Roxo* um espelhamento que ultrapassa o campo literário. Tal identificação reforça o papel da literatura como espaço de representação, elaboração simbólica e tomada de consciência, processo que, conforme destaca hooks (1995), é fundamental para a reconstrução identitária de mulheres negras.

Por fim, quanto à organização do trabalho, esta monografia estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico sobre trauma, memória e literatura. O segundo capítulo discute o contexto sociopolítico da Nigéria e suas reverberações na obra de Adichie. O terceiro capítulo dedica-se à análise da Representação do trauma e silêncio em *Hibisco Roxo*. As considerações finais retomam os principais resultados, destacando a relevância de *Hibisco Roxo* para a compreensão das marcas psicológicas e sociais deixadas pela violência, pelo patriarcado e pelo colonialismo.

Figura 1 - Chimamanda Ngozi Adichie Autora do Livro *Hibisco Roxo*



Fonte: Adichie, 2011

Chimamanda Ngozi Adichie (Enugu, 15 de setembro de 1977) é uma feminista e escritora nigeriana. Ela é reconhecida como uma das principais vozes da literatura africana, Chimamanda nasceu na Nigéria, no estado de Anambra, mais cresceu na cidade universitária de Nsukka, no sudeste da Nigéria, onde se situa a universidade da Nigéria. Seu pai, James Nwoye Adichie, era professor de estatística na Universidade. Sua mãe, Grace Ifeoma, foi a primeira mulher a trabalhar como administradora no mesmo local. Chimamanda Adichie estudou um ano e meio de medicina e farmácia na universidade da Nigéria. Sendo a quinta filha do casal Grace Ifeoma e James Nwoye Adichie.

O casal teve seis filhos, seu pai James trabalhou na universidade da Nigéria como professor de estatística criou sua família na cidade de Nsukka na Nigéria, sua mãe Grace foi a primeira mulher a trabalhar registrada na universidade da Nigéria, Chimamanda entrou para o curso de medicina da mesma instituição de ensino onde sua mãe trabalhava, onde esteve por um ano e meio desde de muito cedo ela já demonstrava interesse e habilidade com a escrita, iniciando seus primeiros trabalhos na universidade dando início a sua carreira como escritora com a edição da revista the compass juntamente com seus colegas de curso.

Aos 19 anos deixa a Nigéria e muda-se para os Estados Unidos para estudar comunicação em Drexel University (PHILADELPHIA) onde esteve por dois anos até muda-se para Eastern Connecticut State University para conquistar o diploma de comunicação e ciência e política. Durante esse período escreveu vários artigos para jornais universitários.

Sua obra foi traduzida para mais de trinta línguas e aparece em diversos periódicos, como as revistas New Yorker e Granta, além de *Meio Sol Amarelo* (2008) - vencedor do Orange Prize e adaptado ao cinema em 2013, é autora também do romance *Americanah* (2014) - best-seller vencedor do National Book Critics Circle Award e da coleção de contos *No Seu Pescoço* (2017), bem como os ensaios *Sejam Todos Feministas* (2015), *Para Educar Crianças Feministas* (2017) e *O Perigo de uma História Única* (2019), todos publicados no Brasil pela Companhia das Letras.

2 TRAUMA, MEMÓRIA E LITERATURA

2.1 A teoria do trauma: Caruth e Herman

O estudo das relações entre trauma, memória e literatura tem se consolidado como um campo interdisciplinar extremamente relevante para a compreensão da subjetividade contemporânea, especialmente no modo como experiências dolorosas são representadas e reelaboradas na narrativa ficcional. O trauma ultrapassa o acontecimento isolado e torna-se marca profunda que reorganiza a percepção de si e do mundo, enquanto a memória deixa de ser depósito estático e passa a operar como processo dinâmico e interpretativo (RICOEUR, 2007). A literatura, por sua vez, funciona como espaço simbólico onde essas dimensões traumática e mnemônica encontram formas expressivas que muitas vezes não cabem no discurso direto (VAN DER KOLK, 2014).

A teoria do trauma desenvolvida entre os séculos XX e XXI tem raízes na psicanálise e se amplia ao dialogar com psicologia, neurociência e crítica literária. O trauma, como explica Herman (1992), não se restringe ao evento, mas às suas consequências duradouras na subjetividade, afetando autoestima e continuidade emocional. Para Caruth (1996), o trauma caracteriza-se pela impossibilidade de ser compreendido no momento da experiência, retornando de modo fragmentado e intrusivo. Esse retorno diferido marcado por flashbacks, lacunas e silêncios constitui a essência da lógica traumática (CARUTH, 1996).

A compreensão do trauma como fenômeno corporal é aprofundada por Bessel van der Kolk (2014), que demonstra que o corpo armazena memórias traumáticas mesmo quando o sujeito não consegue verbalizá-las. Segundo o autor, o trauma reorganiza o funcionamento cerebral ao ativar circuitos de defesa e reduzir a atividade das áreas de linguagem e integração simbólica. Assim, emoções desreguladas, sensações físicas e reações involuntárias constituem manifestações somáticas do trauma que evidenciam sua persistência além da narrativa consciente (VAN DER KOLK, 2014).

Uma das consequências mais expressivas do trauma é a fragmentação da memória. Lembranças traumáticas diferem das memórias ordinárias porque emergem de forma dissociada, involuntária e emocionalmente intensa, rompendo a linearidade temporal (HERMAN, 1992). O passado, portanto, invade o presente como repetição compulsiva e não como recordação voluntária. A dificuldade de narrar a própria

história resulta em relatos confusos, marcados por silêncios, interrupções e lapsos (CARUTH, 1996). Na literatura, essa condição manifesta-se por meio de estratégias como mudanças abruptas de tempo, descrições sensoriais intensificadas e linguagem hesitante.

O estudo da memória é essencial para compreender como indivíduos e sociedades lidam com o trauma. Para Ricoeur (2007), a memória possui natureza narrativa, pois a identidade humana é construída a partir das histórias que o sujeito conta sobre si mesmo. Recordar implica reinterpretar e reorganizar o passado, mas o trauma impede essa integração simbólica, produzindo rupturas identitárias. A memória traumática, fragmentada e involuntária, afeta o senso de continuidade e a estabilidade emocional do sujeito (RICOEUR, 2007).

Embora frequentemente associada ao âmbito individual, a memória também é profundamente social, como demonstra Halbwachs (2006). Segundo o autor, lembramos a partir de molduras coletivas família, cultura, religião, comunidade que orientam narrativas pessoais e experiências afetivas. Em contextos marcados por violência política, conflitos religiosos ou estruturas autoritárias, como ocorre na Nigéria pós-colonial, essas molduras podem impor silenciamentos e seleções de memória (HALBWACHS, 2006). Assim, as tensões entre memória coletiva e individual afetam diretamente a constituição subjetiva.

A relação entre memória, trauma e identidade é, portanto, indissociável. A identidade se constrói na medida em que o sujeito organiza suas experiências de modo narrativo; quando essa organização é rompida pelo trauma, ocorre descontinuidade identitária (RICOEUR, 2007). Narrativas literárias contemporâneas apresentam, com frequência, personagens cuja formação identitária é fragmentada pela violência doméstica, guerras, opressões políticas e conflitos sociais, refletindo a dimensão estrutural do trauma no tecido social.

É nesse contexto que a literatura assume papel fundamental. A ficção oferece um espaço onde o indizível pode ser simbolizado, e onde metáforas, imagens e silêncios funcionam como recursos para representar experiências que excedem a linguagem cotidiana (CARUTH, 1996). A literatura capta a lógica paradoxal do trauma ao mesmo tempo em que abre possibilidades de reorganização simbólica. Segundo Ricoeur (2007), narrar é reconfigurar o tempo e atribuir sentido ao vivido, razão pela qual a literatura pode cumprir função terapêutica ao transformar sofrimento em experiência significativa.

A linguagem literária testemunha a dor de maneira indireta, respeitando seu caráter indizível. A literatura não se limita a relatar eventos traumáticos, mas expressa seus efeitos psicológicos, emocionais e corporais, revelando dimensões invisíveis da experiência humana. Ao transformar dores individuais em narrativas coletivas, a ficção contribui para a construção de uma memória compartilhada que permite a ressignificação da experiência traumática (HERMAN, 1996).

Outro aspecto fundamental da literatura é sua capacidade de ressignificar o trauma. Ao transformar o trauma em narrativa, o sujeito recupera certa agência, reorganiza o mundo interno e confronta, ainda que de modo simbólico, aquilo que o feriu (RICOEUR, 2007). Elementos simbólicos como o hibisco roxo no romance de Adichie condensam significados de liberdade, resistência e transformação, operando como dispositivos de reelaboração afetiva e identitária (ADICHIE, 2003).

A obra *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Ngozi Adichie, articula de forma intensa essas perspectivas teóricas ao retratar personagens atravessados pela violência doméstica, pelo autoritarismo e pelo silenciamento familiar. A protagonista, Kambili, narra sua história de modo fragmentado e emocionalmente contido, refletindo a impossibilidade de elaborar plenamente os traumas vividos (ADICHIE, 2003). Sua jornada evidencia como memória e trauma moldam identidades, estruturam relações afetivas e influenciam a capacidade de expressão subjetiva.

Assim, ao relacionar trauma, memória e literatura, compreende-se que *Hibisco Roxo* não representa apenas uma narrativa individual, mas revela como experiências traumáticas se enraízam em contextos sociais opressivos, reproduzindo silenciamentos e afetando gerações. A literatura emerge como espaço de resistência, denúncia e reconstrução simbólica, oferecendo instrumentos para pensar e confrontar dores que, no cotidiano, permanecem invisíveis ou inomináveis (CARUTH, 1996; RICOEUR, 2007).

A literatura contemporânea tem se consolidado como um dos espaços mais profícuos para compreender como o trauma opera não apenas nos indivíduos, mas também nas estruturas sociais e históricas que moldam subjetividades. Nesse sentido, autores como LaCapra (2001) destacam que o trauma não pode ser compreendido de maneira isolada do contexto político e cultural que o produz. Para o autor, obras literárias assumem o papel de “testemunho crítico”, pois confrontam o leitor com feridas coletivas e individuais que, muitas vezes, permanecem ocultas nos discursos oficiais. Assim, ao mesmo tempo em que encenam dores íntimas, essas narrativas

desempenham função ética ao convocar a memória como ferramenta de resistência e reflexão histórica (LACAPRA, 2001).

No âmbito dos estudos pós-coloniais, o trauma aparece como componente estruturante das sociedades marcadas por processos de dominação, violência e apagamento cultural. A Nigéria, cenário central na obra de Adichie, carrega heranças do colonialismo britânico que impactam relações familiares, religiosas e institucionais. Para Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2002), a literatura pós-colonial frequentemente recorre à representação do trauma para denunciar as rupturas identitárias decorrentes da imposição cultural colonial. A memória coletiva, nesses casos, carrega cicatrizes que influenciam comportamentos, crenças e formas de organização familiar, elementos que atravessam *Hibisco Roxo* de maneira decisiva.

Além disso, o trauma se insere na narrativa literária por meio de simbolismos e estratégias estéticas que evidenciam o não-dito. Felman e Laub (1992) afirmam que o testemunho literário não é apenas relato, mas também performance de uma experiência que excede a linguagem. O texto literário torna-se, então, espaço onde lacunas, hesitações e metáforas assumem função expressiva fundamental. Em *Hibisco Roxo*, por exemplo, o silêncio constante de Kambili e suas dificuldades de expressão representam a impossibilidade de verbalizar traumas íntimos, indicando o que Felman e Laub chamam de “falha testemunhal”. É justamente essa falha que revela a profundidade da ferida psíquica: o sujeito traumatizado não consegue contar sua história de modo linear, pois a própria narrativa interna foi fraturada pelo choque violento da experiência.

Outra dimensão importante é a forma como o trauma é transmitido de uma geração a outra, fenômeno que Marianne Hirsch (2012) denomina de pós-memória. Embora a autora trate de contextos como o Holocausto, seu conceito se aplica também à literatura africana que retrata violências estruturais. A pós-memória diz respeito à maneira pela qual filhos e netos de sujeitos traumatizados herdaram narrativas, silêncios e medos que não viveram diretamente, mas que moldam suas identidades. Em *Hibisco Roxo*, essa dinâmica é perceptível na forma como Kambili e Jaja carregam os efeitos psicológicos da violência paterna e da repressão religiosa, internalizando discursos coercitivos que se reforçam por meio de rituais familiares rígidos e hierarquizados.

Nesse sentido, o espaço doméstico se torna palco privilegiado de encenação do trauma, como argumentam Judith Butler e Athena Athanasiou (2013), relações de

poder no ambiente privado revelam formas de vulnerabilidade e submissão que muitas vezes passam despercebidas na esfera pública. A violência de Eugene, pai de Kambili, demonstra como estruturas autoritárias podem se reproduzir em escala íntima, reforçando traumas que se perpetuam silenciosamente. O corpo, mais uma vez, aparece como arquivo de memórias dolorosas, e o temor constante que Kambili sente diante da figura do pai expressa aquilo que van der Kolk (2014) descreve como hipervigilância traumática.

A representação literária do trauma também envolve, como ressalta Whitehead (2004), a manipulação temporal do enredo. Em narrativas traumáticas, o tempo deixa de ser linear e passa a refletir a lógica fragmentária da memória ferida. Em *Hibisco Roxo*, os momentos de maior sofrimento ou tensão emocional são frequentemente narrados de maneira condensada, sensorial ou abrupta, enquanto lembranças mais suaves surgem com maior fluidez. Whitehead (2004) observa que esse tipo de estrutura narrativa não é mero artifício estilístico, mas forma de reproduzir no texto os mecanismos psicológicos do trauma, que rompe a sequência dos acontecimentos e impõe retornos involuntários ao passado.

Além disso, a literatura proporciona um espaço simbólico que facilita o que Herman (1992) chama de “reconstrução narrativa”. Para a autora, a cura do trauma exige a elaboração de uma narrativa coerente que reinscreva a experiência traumática na continuidade da vida do sujeito. Embora essa reconstrução completa nem sempre seja possível dentro da ficção, o próprio ato de narrar já constitui movimento de resistência. No caso de Kambili, mesmo seu relato marcado por silêncios e hesitações demonstra uma tentativa de compreender e organizar o caos emocional que atravessa sua trajetória. Ao compartilhar sua percepção de dor, a protagonista inicia um processo de autoafirmação que contrasta com o ambiente opressivo em que vive.

A presença do hibisco roxo na obra, como analisam críticos africanos como Nwakanma (2010), funciona como metáfora da transformação emocional e política. Diferente do hibisco vermelho convencional que simboliza controle rígido e tradição, o hibisco roxo cultivado pela tia Ifeoma representa liberdade, rebeldia e possibilidade de futuro. Essa figura simbólica se articula com o que Ricoeur (2007) chama de imaginação refiguradora: a capacidade da literatura de reorganizar o sentido do vivido por meio de imagens expressivas que condensam experiências complexas. O hibisco torna-se, assim, não apenas planta exótica, mas signo de resistência afetiva e ruptura com a lógica traumática que domina a casa paterna.

Ao considerar a função social da literatura, é possível compreender que *Hibisco Roxo* ultrapassa o campo da ficção e atua como denúncia das formas de violência que permeiam estruturas familiares e políticas da Nigéria. Segundo Mbembe (2011), sociedades pós-coloniais frequentemente carregam formas sutis e persistentes de autoritarismo que moldam a vida cotidiana. O comportamento de Eugene, marcado por uma disciplina extremada e devoção religiosa rígida, revela como a violência colonial pode ser internalizada e reproduzida dentro da família africana cristianizada. Assim, o trauma dos personagens se conecta a traumas históricos mais amplos, configurando o que Alexander (2004) denomina de trauma cultural, vivido coletivamente e transmitido pelas gerações.

Por fim, a articulação entre trauma, memória e literatura evidencia que obras como a de Adichie permitem que vozes silenciadas encontrem espaço de expressão e reconhecimento. O gesto de narrar a própria experiência, mesmo que de forma fragmentária, constitui ato político e subjetivo de resistência. Como afirma Caruth (1996), o trauma nunca é apenas dor: é também busca de significado, de testemunho e de escuta. Ao oferecer ao leitor a possibilidade de testemunhar a trajetória de Kambili, a literatura amplia o campo da memória coletiva e convoca reflexões sobre violência, opressão, subjetividade e cura.

A construção literária do trauma também pode ser compreendida a partir do conceito de narrativa restaurativa, proposto por Arthur Frank (1995), segundo o qual histórias de sofrimento frequentemente buscam reorganizar o caos imposto pela experiência traumática. Embora a literatura nem sempre apresente finais consoladores, o ato de transformar a dor em discurso já representa uma tentativa de recuperar agência e subjetividade. Em *Hibisco Roxo*, Kambili não apresenta uma consciência totalmente elaborada sobre si mesma, mas sua narrativa interna revela esse movimento restaurativo, ainda que parcial. Frank (1995) argumenta que o sujeito traumatizado narra não apenas o que aconteceu, mas também quem ele se torna diante da dor aspecto fundamental para compreender o processo de formação identitária da protagonista.

O trauma também se articula com a ideia de silêncio como forma de comunicação. Seligmann-Silva (2008) destaca que, em contextos traumáticos, o silêncio não é ausência de linguagem, mas presença de sentido, funcionando como dispositivo discursivo capaz de expressar aquilo que não pode ser dito diretamente. No romance de Adichie, esse silêncio aparece de modo reiterado: nas pausas de

Kambili, nos gestos contidos, nos olhares desviados, e até mesmo nos espaços físicos da casa, marcados por rigidez e ordem opressiva. A ausência de fala revela, portanto, mais do que a fala verbalizaria, constituindo o que Seligmann-Silva denomina “poética do indizível”.

Outro ponto fundamental é a relação entre trauma e corpo. Butler (2004) afirma que corpos são moldados por normas sociais e por experiências emocionais que deixam marcas visíveis e invisíveis. Em narrativas traumáticas, o corpo frequentemente carrega significados simbólicos que ultrapassam a superfície: tremores, dores, aceleração cardíaca, incapacidade de respirar, entre outras reações, configuram formas corporais de memória. Em *Hibisco Roxo*, o corpo de Kambili fala antes dela seus engasgos, náuseas, hesitações e paralisias traduzem o medo constante do pai, reforçando a tese de van der Kolk (2014) de que “o corpo guarda as marcas do trauma” mesmo quando a linguagem falha.

No que se refere à memória, o romance evidencia como recordações traumáticas não são lineares. Segundo Eakin (2008), a memória autobiográfica é sempre seletiva, construída com base em afetos, expectativas e relações sociais. Contudo, no caso do trauma, essa seleção torna-se distorcida, marcada por repetições involuntárias e lacunas significativas. Kambili relembra episódios de violência doméstica de forma fragmentada, muitas vezes por meio de sensações corporais ou imagens rápidas, reforçando a dinâmica de flashbacks descrita por Caruth (1996). A memória traumática, portanto, não resgata o passado ela o reencena.

A literatura africana contemporânea, especialmente aquela produzida por mulheres, tem aprofundado esse debate ao situar o trauma não apenas no âmbito individual, mas também no social e cultural. Para Nnaemeka (1997), escritoras africanas utilizam a ficção como espaço de crítica às estruturas patriarcais e coloniais que oprimem mulheres e jovens. A violência vivida por Kambili e sua mãe, Beatrice, não se limita à esfera familiar; ela reflete padrões sociais de dominação masculina reforçados por discursos religiosos e políticos. Assim, Adichie inscreve a dor das personagens em um contexto mais amplo de desigualdades e silenciamentos que atravessam a sociedade nigeriana.

A presença da religião na configuração do trauma, por exemplo, é analisada por diversos teóricos que estudam o papel do fanatismo na construção de subjetividades oprimidas. De acordo com Comaroff e Comaroff (1991), o cristianismo missionário introduzido na África colonial gerou conflitos identitários profundos,

criando tensões entre tradições locais e valores ocidentais. Em *Hibisco Roxo*, Eugene encarna essa contradição: ao mesmo tempo em que rejeita tradições nigerianas, pratica um cristianismo rígido, punitivo e literalista, que funciona como justificativa para sua violência. O trauma psicológico infligido aos filhos está, portanto, interligado à internalização acrítica de modelos religiosos importados do colonialismo.

Além disso, o romance aborda a dimensão política do trauma coletivo. A Nigéria retratada por Adichie é marcada por instabilidade, censura e repressão militar, elementos que influenciam diretamente a dinâmica familiar. Mbembe (2001) descreve as políticas de violência e autoritarismo características de regimes pós-coloniais africanos, e tais aspectos são refletidos na figura paterna. A violência privada de Eugene é paralela à violência pública do Estado; ambas se sustentam em discursos que legitimam punição, medo e silenciamento. Desse modo, a narrativa articula trauma individual e trauma social, mostrando que a dor íntima não pode ser dissociada de contextos políticos opressivos.

A tia Ifeoma, por sua vez, funciona como contraponto simbólico à rigidez traumática que marca a casa de Eugene. Sua postura afetiva, acolhedora e política representa o que hooks (2000) chama de “ética do cuidado libertador”, uma prática relacional que rompe com estruturas de opressão e permite que sujeitos oprimidos recuperem sua capacidade de sentir, pensar e desejar. Em *Nsukka*, Kambili encontra um ambiente onde a memória não é sufocada, mas elaborada; onde o trauma não é imposto, mas acolhido; onde o corpo não é punido, mas vivido. Tal contraste ilumina a dinâmica de construção e desconstrução do trauma dentro da obra.

2.2 Memória e Identidade em Ricoeur e Halbwachs

A compreensão da memória como fundamento da identidade, conforme formulada por Paul Ricoeur (2007), parte do princípio de que o sujeito se constitui narrativamente, organizando suas experiências em uma trama que confere sentido ao vivido. A identidade, nesse sentido, não é fixa ou essencial, mas construída no tempo, a partir da articulação entre lembrança, esquecimento e interpretação. No entanto, quando essa organização narrativa é atravessada por experiências traumáticas, a continuidade identitária é comprometida, produzindo rupturas, silêncios e desagregações subjetivas.

Em situações de trauma, a memória deixa de operar como instrumento de integração simbólica e passa a manifestar-se de forma fragmentada, involuntária e

marcada por lacunas. O sujeito encontra dificuldades em narrar sua própria história de modo coerente, o que resulta em instabilidade identitária e sensação de descontinuidade do eu (RICOEUR, 2007). Embora essa abordagem seja fundamental para compreender os efeitos psíquicos do trauma, ela se mostra insuficiente quando o fenômeno traumático é produzido e reiterado por estruturas históricas de opressão.

É nesse ponto que as contribuições de Lélia Gonzalez se tornam centrais para o aprofundamento da discussão. Para a autora, o trauma não pode ser compreendido apenas como experiência individual, mas como efeito de violências estruturais inscritas no racismo, no sexismo e na colonialidade, que organizam as sociedades latino-americanas e afro-diaspóricas (GONZALEZ, 1984; 1988). Sua crítica ao chamado “racismo por denegação” revela como a negação discursiva da discriminação racial produz impactos profundos na constituição subjetiva, afetando a memória, a linguagem e os processos identitários de sujeitos negros.

Segundo Gonzalez (1988), a violência estrutural atua de maneira cotidiana e naturalizada, infiltrando-se nos espaços domésticos, religiosos, educacionais e simbólicos. Esse processo gera memórias feridas, marcadas não apenas pela repressão do passado, mas pela dificuldade de sua elaboração simbólica. Assim, o trauma assume caráter coletivo e transgeracional, atravessando gerações e moldando subjetividades de forma persistente. A identidade, nesse contexto, é construída sob o peso de silenciamentos históricos e de uma memória social que hierarquiza experiências e apaga vozes subalternizadas.

Ao aproximar Ricoeur e Gonzalez, torna-se possível compreender que a fragmentação identitária não decorre apenas do impacto de um evento traumático isolado, mas da repetição sistemática da opressão, que impede o sujeito de narrar-se plenamente. A violência doméstica representada em *Hibisco Roxo*, por exemplo, não se restringe ao âmbito familiar, mas está articulada a estruturas patriarcais, religiosas e coloniais que legitimam o controle, a punição e o silenciamento dos corpos, sobretudo femininos. Essa lógica corresponde ao que Gonzalez identifica como racismo-sexismo estruturante, responsável por produzir subjetividades marcadas pelo medo, pela culpa e pela negação de si.

Nesse sentido, a literatura assume papel que ultrapassa a função estética ou individual. Ela se configura como espaço de inscrição de memórias historicamente silenciadas, permitindo que experiências traumáticas coletivas encontrem formas de expressão indireta. A narrativa de Chimamanda Ngozi Adichie, ao retratar

personagens negros atravessados por violências estruturais em um contexto pós-colonial, dialoga com a perspectiva de Gonzalez ao evidenciar como o trauma se infiltra nos afetos, nas relações familiares e na constituição identitária.

Portanto, a identidade construída em *Hibisco Roxo* deve ser compreendida não apenas como resultado de conflitos psíquicos individuais, mas como efeito de uma memória coletiva marcada por colonialismo, racismo e autoritarismo. A articulação entre Ricoeur e Lélia Gonzalez permite compreender o trauma como fenômeno simultaneamente narrativo e político, no qual a literatura atua como espaço de resistência, denúncia e possibilidade de reconfiguração simbólica da experiência negra.

2.3 Papel Simbólico da Literatura em Hibisco Roxo

A literatura desempenha um papel simbólico essencial na representação das experiências humanas e das estruturas sociais. Por meio de elementos simbólicos, as obras literárias ultrapassam o nível literal da narrativa e passam a expressar conflitos históricos, culturais, políticos e subjetivos. Nesse sentido, o texto literário torna-se um espaço de construção de significados, no qual o leitor é convidado a interpretar e refletir sobre a realidade representada.

Segundo Candido (2006), a literatura é um direito humano fundamental, pois possibilita ao indivíduo o contato com diferentes experiências e perspectivas de mundo. Essa função humanizadora da literatura manifesta-se, sobretudo, na dimensão simbólica do texto, que permite compreender emoções, conflitos e relações sociais de forma aprofundada. Em *Hibisco Roxo*, essa função é evidente, uma vez que a narrativa aborda temas como opressão, religião, poder, identidade e liberdade por meio de símbolos recorrentes.

O simbolismo na literatura, conforme afirma Frye (2011), atua como um elemento estruturante da narrativa, organizando a experiência humana em imagens significativas. Em *Hibisco Roxo*, o próprio hibisco roxo assume um papel simbólico central, representando a possibilidade de mudança, liberdade e ruptura com estruturas opressoras. Diferente dos hibiscos vermelhos cultivados pelo pai da protagonista, o hibisco roxo simboliza o novo, o diferente e o potencial de transformação.

De acordo com Eagleton (2006), a literatura é uma prática social carregada de

ideologia, refletindo e questionando as relações de poder existentes na sociedade. Nesse contexto, os símbolos literários funcionam como instrumentos de crítica social. Na obra de Adichie, a figura do pai, Eugene, simboliza o autoritarismo religioso e patriarcal, refletindo não apenas uma dinâmica familiar opressiva, mas também estruturas sociais herdadas do colonialismo e reforçadas por interpretações rígidas da fé.

O papel simbólico da literatura também se manifesta na representação da religião em *Hibisco Roxo*. A religiosidade extrema do pai contrasta com a espiritualidade mais flexível e acolhedora da tia Ifeoma. Esse contraste simbólico evidencia duas formas distintas de vivenciar a fé: uma opressora e excludente, e outra libertadora e humanizada. Conforme afirma Hall (2006), as identidades culturais são construídas a partir de representações simbólicas, e a literatura contribui para revelar os conflitos presentes nesse processo.

Além disso, a obra utiliza o espaço como elemento simbólico. A casa da família de Kambili, silenciosa e rigidamente controlada, simboliza a repressão e o medo. Em oposição, a casa de Ifeoma representa liberdade, diálogo e afeto, mesmo em meio a dificuldades materiais. Esse contraste reforça o papel simbólico da literatura na construção de sentidos, permitindo que o leitor compreenda as relações de poder e afeto sem que isso seja explicitado de forma direta.

Segundo Barthes (2004), o texto literário é um espaço de múltiplos sentidos, no qual o significado não é fixo, mas construído na interação entre texto e leitor. Em *Hibisco Roxo*, os símbolos não possuem um único significado, mas se ampliam conforme a interpretação do leitor. O silêncio de Kambili, por exemplo, simboliza tanto a opressão sofrida quanto o processo gradual de tomada de consciência e emancipação da personagem.

O papel simbólico da literatura também está relacionado à preservação da memória e à representação do contexto histórico. A Nigéria pós-colonial, marcada por instabilidade política e heranças do colonialismo, aparece de forma simbólica na narrativa. Conforme Le Goff (2003), a memória coletiva é fundamental para a construção da identidade social, e a literatura contribui para esse processo ao transformar experiências históricas em narrativas significativas.

Nesse sentido, *Hibisco Roxo* utiliza símbolos para retratar os impactos do colonialismo na cultura e na identidade nigeriana. A valorização excessiva da cultura europeia pelo pai, em detrimento das tradições locais, simboliza a alienação cultural

e a internalização de valores coloniais. A literatura, assim, assume um papel simbólico de denúncia e reflexão crítica sobre processos históricos de dominação.

Outro aspecto relevante é o simbolismo relacionado à voz e ao silêncio. Todorov (2009) afirma que a literatura contribui para a compreensão do ser humano ao revelar suas contradições e conflitos internos. Em *Hibisco Roxo*, o processo de amadurecimento de Kambili é simbolizado pela conquista da voz, ou seja, pela capacidade de se expressar e questionar a autoridade paterna. Esse processo reflete o papel simbólico da literatura na representação da formação da identidade.

A personagem Jaja também possui forte carga simbólica, representando a resistência silenciosa e, posteriormente, a ruptura com a opressão. Suas atitudes simbolizam o despertar da consciência crítica, reforçando a ideia de que a literatura não apenas reflete a realidade, mas também propõe possibilidades de transformação. Segundo Iser (1996), o sentido da obra literária se completa na leitura, quando o leitor reconhece esses símbolos e atribui significado a eles.

Dessa forma, o papel simbólico da literatura em *Hibisco Roxo* evidencia-se na capacidade da obra de articular experiências individuais e coletivas, transformando conflitos familiares em representações sociais mais amplas. A narrativa de Adichie utiliza símbolos para discutir temas universais, como liberdade, opressão e identidade, ao mesmo tempo em que preserva a especificidade cultural nigeriana.

Portanto, a literatura, por meio de sua dimensão simbólica, revela-se um instrumento fundamental para a compreensão da realidade social e humana. Em *Hibisco Roxo*, os símbolos literários não apenas enriquecem a narrativa, mas também promovem uma reflexão crítica sobre poder, cultura, religião e emancipação. Assim, a obra confirma a importância do papel simbólico da literatura como meio de interpretação, questionamento e transformação da realidade.

3 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA NIGÉRIA E SUAS REVERBERAÇÕES NA OBRA

Seguindo a perspectiva defendida pelo queniano Ali Mazrui (2010), pode-se afirmar que o processo de colonização europeia no continente africano, iniciado no final do século XIX, atrapalhou o desenvolvimento técnico de seus habitantes. Antes dos últimos vinte anos do referido século, os europeus pouco adentraram no miolo do continente negro. Com o fim do tráfico de escravizados para as Américas e para o Oriente, as superpotências econômicas da época careciam de outras formas de enriquecimento. A saída, invasão e exploração dos seus vizinhos territoriais do sul.

Já no século XX, entre 1935 e 1945, a Grã-Bretanha controlava dezesseis territórios africanos, o que só foi possível devido à ação colonial de sistemas administrativos múltiplos em um mesmo território. A administração podia ocorrer de forma direta ou indireta, “por intermédio dos chefes tradicionais que se haviam tornado os principais responsáveis pelos organismos locais (CROWDER, 2010, p. 96). No entanto, Crowder pontua que é um engano pensar que não houve nenhum tipo de governo direto: o chefe recebia as suas instruções e raramente era consultado quanto à sabedoria ou aos fundamentos das medidas. Para além disso, os chefes locais estavam sob constante vigilância da administração britânica.

Conforme a historiografia sobre o continente africano, as potências coloniais, ora praticaram uma “política de assimilação pura e simples, em matéria linguística, educacional e cultural, ora uma política de assimilação seletiva e mais nuançada” (ABDULAZIZ, 2010, p. 631). Nesse sentido, a Grã-Bretanha inseriu sua língua nos primeiros anos do ensino fundamental, através do ensino de história, geografia, religião e história natural que, no final das contas, servia para introduzir a língua inglesa nas colônias africanas, sendo uma das formas de violência do processo colonial e de impacto negativo na Nigéria.

Dominadores e dominados buscaram aprender a língua um do outro no intuito de não se deixar ser enganado. No caso britânico, houve também o interesse em dominar as línguas africanas, para assim inserir sua língua, seus costumes, seus modos de vida. A violência linguística era tanta que, na década de 1940, obras literárias escritas em línguas africanas não podiam ser impressas senão após a sua publicação em afrikaans, francês, inglês ou português (ABDULAZIZ, 2010, p. 36). Visto esse histórico, podemos entender atualmente um dos motivos para o sucesso

internacional de Adichie, que não escreve seus romances na língua igbo, mas sim em inglês, o que, em compensação, lhe permite disseminar sua escrita em um número maior de países, concomitantemente, representar uma pretensa literatura nacionalista, que responde aos critérios do mercado de editores britânicos.

De acordo com Abdulaziz, nos Estados do continente africano atual, é verossímil que poucos se preocupem em dominar a prática escrita e oral das línguas africanas.

As expressões literárias orais africanas ainda existentes são associadas ao arcaísmo. Sendo assim, os autores apontam que, “mais do que nunca, no início do terceiro milênio, o tempo urge contra as línguas africanas”, as quais nem nos ambientes escolares têm ganhado espaço (SOW 2010, p. 66). Mesmo após o fim político da colonização britânica, os dirigentes políticos das colônias:

Demostravam-se reticentes em promover estas línguas, por eles estimadas tão numerosas e abertas, além de potencialmente comprometedoras, no que diz respeito à construção nacional dos novos Estados, capazes de criar inúteis divisões junto aos africanos, justamente aquando da necessária unidade (ABDULAZIZ, 2010, p. 636).

O inglês “adquiriu um status elevado entre as línguas nacionais das ex-colônias britânicas, onde o povo local rejeitou a potência colonial” (MUSTAPHA, 2014, p. 87), mas manteve antigos modos comportamentais sociais do colonizador. O que há de violento nisso, na verdade, é a forma impositiva em que a língua chegou à Nigéria e o que veio junto com essa imposição, como o capitalismo. A imposição ameaça a existência de outras línguas e outros modos de vida, ao exportar produtos culturais ocidentais/britânicos de língua inglesa.

Em relação à linguagem escrita, a historiografia sobre a escrita literária no continente africano afirma que na década de 1930 houve um boom da literatura construída por africanos/as, devido ao aumento da alfabetização e o desenvolvimento da educação básica e do ensino superior, responsável por criar escritores. As principais categorias literárias produzidas neste momento foram: a poesia, o drama, o teatro e, por último, o romance. Mas é válido ressaltar que desde sempre o continente africano contou com a existência de poetas, oradores e autores de canções. Pensando nesse boom literário, autores como Ali Mazrui, Mario de Andrade e Jan Vansina realizam a seguinte ponderação:

Se a poesia consistia na forma literária autóctone melhor enraizada nas tradições do continente, o romance ali apresentava-se como a forma mais estrangeira. Inclusive, no próprio mundo ocidental, este gênero é, antes e sobretudo, um produto do século XIX e da revolução industrial” (VANSINA,

2010, p. 66).

Sendo assim, o romance foi um produto que representou bem a presença da cultura europeia na Nigéria, ainda que a poesia, após o século XIX, tenha angariado a temática religiosa cristã e islâmica para suas narrativas. Como colocado anteriormente, livros escritos por africanos só podiam ser publicados se tivessem uma versão em línguas europeias antes. Aliado a isso, havia uma escassez de gráficas e editoras na Nigéria; o custo de produção de livros era alto e havia pouca aquisição dessas obras pelo público.

Mesmo sofrendo influências do cristianismo na escrita literária, a África mobilizou as línguas e literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africana. Desse modo, a literatura europeia contribuiu para criar um “elo entre a arte e a militância na África” como podemos perceber no boom da literatura africana, principalmente dos romances, no mundo ocidental, nos séculos XX e XXI (ANDRADE, 2010, p. 61).

Nessa proliferação de literaturas africanas a partir de 1930, podemos elencar sete principais temas abordados por escritores africanos em suas obras literárias: a oposição entre passado e o presente da África, o conflito entre tradição e modernidade, mundo africano e mundo estrangeiro, conflito entre indivíduo e sociedade (entre o privado e o público), socialismo e capitalismo, desenvolvimento e autossuficiência, e africanidade e humanidade. A literatura africana também evocou os impactos do cristianismo na África, se não todos esses aspectos da escrita literária africana do século XX, pelo menos metade deles são observáveis na literatura africana atual, que inclui a obra *Hibisco Roxo*. Ou seja, há uma persistência em algumas temáticas levantadas por autores/as ao decorrer do tempo.

A ocidentalização produziu autores/as (indivíduos) para as obras literárias, antes sem autores por se tratar da tradição oral:

O próprio nascimento de uma literatura escrita em línguas europeias marcou uma importante ruptura em relação às tradições coletivas de um patrimônio transmitido oralmente. Com a nova tendência, sobrevieram o direito autoral literário, os direitos dos autores versados individualmente e os regulamentos contra o plágio (2010, p. 683).

A Nigéria moderna data de 1914, quando os Protetorados Britânicos do Norte e Sul da Nigéria se uniram. Localizada na África Ocidental, a Nigéria é o maior país da região. Assim como sua grandiosidade territorial, politicamente o país encabeçou o movimento de descolonização na região. Os nacionalistas nigerianos, formados por

políticos regionais, religiosos e de variados grupos étnicos, exigiam a autonomia imediata ou por etapas. Os britânicos, percebendo esse levante, recorreram a meios pacíficos e constitucionais para o fornecimento da independência de suas colônias. Mas retomo, a iniciativa da luta pela independência foi dos africanos.

Após a Segunda Guerra Mundial evento sustentado pela exploração mineral e pela exploração braçal e mental dos africanos os britânicos começaram “a projetar seriamente a devolução do poder político em mãos dos seus sujeitos africanos” (CROWDER, 2010, p. 92). Mas essa projeção de devolução do poder político se deve, em grande parte, às intensificações de rejeição ao projeto colonial pós 1945 e ao sucateamento das condições de vida. O que gerou manifestações, greves, levantes com ideias nacionalistas, o surgimento de partidos políticos que lutavam pelo autogoverno dos nigerianos, o posterior surgimento da primeira Universidade da Nigéria, em 1948, e a fundação de escolas primárias. Nos territórios invadidos pelos britânicos, “o objetivo implícito da política colonial era, a longo prazo, a outorga da responsabilidade política aos africanos” (CROWDER, 2010, p. 101).

Em 1960, após muita exploração britânica, a Nigéria se liberta politicamente da Inglaterra. O fato da independência política da Nigéria ter ocorrido apenas em 1960, ressalta o caráter recente dos eventos traumáticos, ou seja, ainda é possível sentir o aroma daquilo que já deveria ter sido levado pelo vento/tempo. As marcas geradas desse contato entre o mundo europeu e o africano ficaram expostas, exigindo dos/as nigerianos/as um processo de constante decolonização.

Contando com mais de 250 grupos étnicos e 500 línguas faladas, como o yorubá, igbo, fula, hausa, edo, ibíbio, tiv e inglês, a Nigéria foi delimitada territorialmente pelos britânicos no século XIX, com base em suas concepções eurocêntricas de nação e território. Com a independência, conforme Elaigwu e Mazrui (2010), houve a intensificação das rivalidades interétnicas. Indo de encontro com tal perspectiva, Afonso e Pinheiro afirmam: “este período pós-colonial foi fomentado sobre inúmeras fissuras geradas pela alternância de poder entre os Hauçás/Igbos/Iorubas na alternância de poder na região criada pelos ingleses, hoje Nigéria” (PINHEIRO, 2017, p.72).

Em sua história pós-contato com os europeus no século XIX, a Nigéria teve uma relação com os britânicos marcada pelo conflito e embate. Foi uma nação que cresceu tendo em sua base as diferenças sociais, políticas, religiosas e culturais, cenário construído a partir da intervenção colonial inglesa. Sobre isso, Adichie pontua:

“a Nigéria era um conjunto de fragmentos presos por um frágil fecho” (ADICHIE, 2008, p. 185), no caso, a Inglaterra e sua concepção de Estado-nação. Nesse sentido, acredito que as civilizações não têm os mesmos valores, logo não é adequado serem interpretadas de forma generalizante ou que uma civilização imponha suas regras a outra civilização, como se os modos operacionais fossem os mesmos.

As elites locais nigerianas, após a independência em 1960, acreditavam que um Estado nigeriano democrático não seria benéfico devido os vários grupos étnicos existentes. Segundo o autor nigeriano Dauda Abubakar (2001), tal argumento serviu para frequentes golpes de Estado e para a instalação de ditaduras militares que não tinham legitimação popular, o que causou crises e conflitos. O autor defende que esse cenário pode ser encarado também como uma herança do período colonial, visto que a Grã-Bretanha e seu projeto de dominação alterou as relações locais.

Vários golpes de Estado ocorreram em busca da hegemonia do poder, como é o caso da Guerra Civil nigeriana, conflito separatista Nigéria-Biafra, ocorrido entre 1967 e 1970. Para além da diversidade cultural, linguística e étnica, o território da então nação independente foi e continua sendo rica em petróleo mais predominante na região sul o que serviu como argumento para os britânicos, antigos colonizadores, apoiarem belicosamente a região norte do país no período da Guerra de Biafra, prezando pela unificação e não-separação dos territórios. A guerra acabou, mas deixou entre um e três milhões de mortos e a unificação da natimorta nação Biafra à Nigéria. Segundo a historiografia sobre o evento, Biafra (formada principalmente pelos povos igbos) teve pouco apoio de países africanos ou de qualquer outro lugar, ao contrário dos povos Hauçás-Fulani do Norte. Todo esse contexto é abordado de forma bem delicada por Adichie, em seu romance Meio Sol Amarelo.

Entre a década de 1970 e a virada para o século XXI, a Nigéria foi assolada por golpes militares. Esses regimes “procuraram manter o poder através da opressão, coerção e manipulação do processo de transição democrática” Ao mesmo tempo que grupos minoritários tornavam-se ricos através da corrupção, a maior parte dos nigerianos sofriam as consequências da pobreza extrema, como em períodos anteriores à ditadura militar. Tendo esse contexto colocado, vários setores sociais, como sindicatos, imprensa, movimentos trabalhistas e estudantis e organizações religiosas amplificaram suas atuações nesse período, ainda que houvesse grande opressão e coerção por parte do Estado (HEATON, 2008, p. 209).

No regime Buhari (1984-5), gastos com educação foram drasticamente

reduzidos, imigrantes ilegais foram expulsos da Nigéria, críticas ao (des)governo eram resolvidas com silenciamento ou através da detenção de jornalistas e fechamento de meios de comunicação, greves foram proibidas. Do mesmo modo, a população foi às ruas protestar.

Por um discurso que afirmava a incapacidade de controlar a economia, o autoritarismo e a falta de senso coletivo de Buhari, Babangida tomou o poder em 1985. Desde o início de seu governo, Babangida procurou explicitar publicamente sua vontade de realizar uma transição democrática, o que só ocorreu em 1993. Ou seja, o governo procurou postergar a saída do poder. No regime Babangida (1985-1993), o desemprego aumentou, os salários diminuíram, acarretando na diminuição do poder de compra e “dificultando o acesso às necessidades básicas, como alimentos, roupas, eletricidade, assistência médica, educação e qualquer outra coisa que custe dinheiro” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 219), a moeda desvalorizou, a renda per capita diminuiu, a eletricidade tornou-se irregular, empresas públicas foram privatizadas e os serviços de saúde foram sucateados. Do mesmo modo, houve a intensificação dos conflitos étnicos e religiosos (islamismo vs cristianismo). Enfim, foi instalado um caos.

Não vendo saída para tais questões sociais, muitos nigerianos procuraram abrigo nas instituições religiosas. Este foi o período de grande crescimento das igrejas evangélicas no país, as quais “argumentam que não apenas os indivíduos nigerianos podem ser curados pelo poder da oração, mas também o Estado” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 221). Babangida demonstrava maior vínculo com os islâmicos, o que causou grande desconforto na população cristã e, por conseguinte, violentos confrontos entre cristãos e muçulmanos, assim como uma guerra aberta contra as religiões tradicionais africanas.

O processo de transição democrática de Babangida não foi transparente, nem pacífica. Várias vezes o militar adiou as eleições ou mesmo as cancelou. Tais fatos resultaram em grandes manifestações que, conforme Falola e Heaton (2008), quase transformaram a Nigéria numa anarquia. Tudo isso corroborou para a ressurreição de ideias separatistas no Sudeste Igbo e no Sudoeste Ioruba, assim como um novo golpe militar em 1993, que daria continuidade ao contexto já abordado acima. Sani Abacha toma o poder, no qual fica até sua morte em 1998.

Com a eleição de Obasanjo em 1999, a Nigéria entrou em sua 4ª República. Como de praxe, houve denúncias de corrupção, “mas o desejo de pôr um fim ao longo período de regime militar abusivo superou em muito as preocupações sobre a

legitimidade das eleições” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 235). Aqui iniciava o que fora o governo civil mais longo da Nigéria. Economicamente, Obasanjo conseguiu fazer mudanças, mas velhos problemas continuaram, como: tensões étnicas, regionais e religiosas em busca do poder estatal, a pobreza extrema, a corrupção e sua normalização social, a não-remuneração de funcionários públicos por meses, a eclosão contínua de greves, o aumento da mortalidade infantil e a diminuição da expectativa de vida, assim como a exploração das riquezas do país por megaempresas. Mesmo tendo essa história de continuidade de uma série de fatores, Falola e Heaton (2008) afirmam que, desde 1999, a Nigéria tem vivido um maior diálogo entre Estado e sociedade civil, o que ainda está sendo estruturado numa base social fraca em promover os direitos humanos/sociais.

Após esta pequena digressão, podemos adentrar aos aspectos religiosos na história da Nigéria. Conforme os autores Tharcisse Tshibangu (de Congo), Jacob Ajayi (da Nigéria) e Lamin Sanneh (de Gâmbia), “o africano é um ser profunda e incuravelmente crente, religioso. Para ele, a religião não é simplesmente um conjunto de crenças, mas, um modo de vida, o fundamento da cultura, da identidade e dos valores morais” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). Tal concepção justifica então, se analisado em *Hibisco Roxo*, a luta travada entre o personagem Eugene e Papa Nnukwu. O primeiro buscava a conversão de seu pai, que até sua morte resistiu às investidas euro cristãs do filho. A conversão, por esse ângulo, não seria apenas a derrota das crenças das religiões tradicionais locais, como também significaria a imposição de um modo de vida e de valores morais euro cristãos sobre a sociedade nigeriana.

Os autores africanos afirmam também que a sociedade africana está “ancorada na religião tradicional, mesmo tendo sido expandida pelas influências eurocristãs e islâmicas” (TSHIBANGU, 2010, p. 65). As religiões tradicionais locais não faziam evangelizações e estavam abertas para novas experiências, o que colaborou para a inserção do cristianismo na Nigéria, por exemplo. A religião cristã acredita ser a única religião verdadeira, o que fica perceptível também no romance de Adichie, na medida em que Eugene não aceita nenhum tipo de interferência de outras religiões (ou de seu próprio pai) nos modos operacionais cristãos. Sobre este aspecto os autores afirmam que:

[...] paulatinamente, o cristianismo à imagem do islã, desenvolveu-se na África, inicialmente, em uma relação simbiótica com a religião tradicional. Entretanto, o cristianismo e o islã apresentam-se como religiões a praticarem

o proselitismo, afirmando ambas serem as únicas a terem tido a revelação da Verdade, elas são violentamente concorrenciais e não toleram coexistir com outras religiões, particularmente uma em relação à outra (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605).

Antes da entrada maciça dos europeus no continente africano, a autonomia social e política das populações africanas definia o grau de africanização do cristianismo e do islã. No entanto, com o processo colonial, mais de 80% da população africana se declarava cristã ou islâmica em 1935. Nesse sentido:

A religião tradicional africana foi relacionada, no espírito de grande número de africanos, a uma África do fracasso e subjugada. Muitos proclamaram então a sua adesão ao cristianismo ou ao islã, símbolos para eles, da evolução, do progresso e do porvir, sem necessariamente abandonar a antiga cosmologia ou as suas crenças religiosas profundas (SANNEH, 2010, p. 66-67).

A ideia que relaciona as religiões tradicionais com o fracasso e com o passado, certamente, está impregnada de uma visão europeia da sociedade, a qual deve caminhar de forma progressista. Este é mais um exemplo adaptável ao personagem Eugene representado por Adichie, posto que a personagem expressa no romance tal perspectiva. Como bem afirmaram Tshibangu, Ajayi e Sanneh, “este conflito de valores e ideologias provocaram, na vida privada dos indivíduos e das comunidades, um traumatismo, transformado em tema para muitos de seus romances” (2010, p. 607).

Um dos motivos para a propagação desses conflitos de valores está no fato de que a maioria dos dirigentes africanos fizeram “parte de uma elite formada em escolas ou instituições religiosas, invariavelmente, cristãs ou islâmicas” (SANNEH, 2010, p. 608). Sendo assim, “poucos dirigentes, independentemente de suas próprias crenças ou práticas ousaram enfrentar as suscetibilidades religiosas dos cristãos ou muçulmanos, abraçando abertamente a religião tradicional, mas em seu corpo interno, os africanos procuraram ressignificar as estruturas impostas pelos europeus e inserir as estruturas africanas no lugar, ou seja, africanizar rituais e conteúdos, impedindo, de certa maneira, a proliferação do colonialismo:

A maioria dos dirigentes recebera uma educação ocidental, mas, eles estavam, contudo, e extremamente, conscientes do fato que esta última implicava certo grau de colonização mental, de submissão forçada às ideias ocidentais e de alienação em relação às raízes da cultura africana (TSHIBANGU, 2010, p. 613).

Os autores concluem que é necessário percebermos as contribuições positivas e negativas da questão religiosa na África. Os efeitos negativos seriam aqueles que são contrários “ao verdadeiro sentido e às exigências do desenvolvimento na África” (SANNEH, 2010, p. 628). Ainda que as religiões tradicionais locais africanas tenham

ficado enfraquecidas após o processo de colonização, tais religiões ainda estão vivas e em constante simbiose com as religiões dadas como oficiais. Os autores colocam que a:

Influência do islamismo assim como do cristianismo denota-se muito claramente, por exemplo, durante a elaboração do arcabouço jurídico africano. Tal é o caso, especialmente, dos códigos da família e dos elementos do código do direito privado, os quais se encontram impregnados de princípios islâmicos ou cristãos, em função de estarmos tratando de um país de maioria islâmica ou cristã (SANNEH, 2010, p. 628).

Desde a virada do milênio o número de muçulmanos tem crescido na Nigéria, representando, conforme Falola e Heaton (2008), cerca de 50% da população, enquanto os cristãos tiveram uma leve estagnação, representando 40% da população. Os outros 10% são representados pelas outras centenas de religiões da Nigéria. Vale ressaltar que esses são os dados oficiais, que não levam em consideração a maleabilidade da população que, muitas vezes, transitam em mais de uma religião, mas que não admitem tal ato. Essas são algumas das questões que serão discutidas no terceiro capítulo.

Neste capítulo, procurou-se situar-nos em relação à história recente da Nigéria, ou seja, a partir do processo de colonização britânica. Tal escolha não foi feita por acreditar que a história da nação nigeriana, em seus próprios termos, não existisse antes da chegada dos europeus ou que não mereça ser destacada. O recorte temporal foi feito por questões metodológicas que buscam identificar os legados desse contato entre Nigéria e Grã-Bretanha para o século XXI, especificamente no romance de Adichie, como veremos a seguir.

Meu interesse em analisar a obra “Hibisco Roxo” de Chimamanda Ngozi Adichie, em diálogo com as autoras Leila González, Sueli carneiro e outras autoras negras, parte de uma identificação pessoal com os temas de racismo e sexismo e violência que permeiam a experiência de mulheres negras.

Minha trajetória pessoal, marcada por violências na infância e preconceitos raciais, sociais e machista na idade adulta, me impulsionou a buscar na literatura um espaço de reflexão e resistência. A obra de Adichie, assim como os trabalhos de González e carneiro, ressoa com essas experiências, oferecendo um olhar crítico sobre as intersecções de opressão e as possibilidades de empoderamento.

4 A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA E DO SILÊNCIO EM HIBISCO ROXO

Após análise de determinados acontecimentos do século XX, alguns autores e autoras afirmam que esse foi um período de grande intensificação da violência, à qual, nesse momento, nem a Europa (o berço da “civilidade”) escapou. Os próprios avanços tecnológicos do período, como o desenvolvimento de armas, bombas nucleares/atômicas e aviões de guerra, serviram como meio de execução da violência. Esses eventos causaram uma série de mudanças histórico sociais que “alteraram profundamente as relações entre os seres humanos e abalaram a concepção clássica de sujeito” (GINZBURG, 2000, p. 43).

Ainda para Jaime Ginzburg (2000), o século XX pode ser considerado o século da desumanização e da falta do sentimento de representatividade. No entanto, temos que ponderar tais constatações. De que homem Audoin-Rouzeau está falando? De quais relações entre os seres humanos Ginzburg se refere? Obviamente não estamos falando dos africanos e nem de suas relações internas. Durante séculos da História do Brasil, assim como da Nigéria, a escravização e a evangelização religiosa, cultural e política fizeram-se presentes no cotidiano daqueles/as considerados/as “de cor”; mais do que isso, ainda sentimos atualmente os efeitos de sermos colonizados/as pela cultura europeia. No caso do Brasil, Adichie é enfática ao dizer que: A primeira coisa que percebi e que me surpreendeu no Brasil foi que, quando me levavam a um restaurante sofisticado, todo mundo era branco. Até os garçons. Isso me surpreendeu, porque achei que numa escala de desigualdade econômica, você espera que pelo menos os garçons sejam negros, mas nem os garçons podem ser negros no Brasil (ADICHIE, 2017).

No trecho acima, Adichie evidencia a violência da segregação econômica/racial presente no Brasil e, se conhecemos bem a história da nossa nação, perceberemos que é fruto da incessante escravização dos corpos negros, de processos imigratórios que buscavam branquear a população brasileira, seja em sua cor ou modo de ser e estar no espaço, ou até mesmo de narrativas pseudocientíficas. No caso da Nigéria, ou de qualquer sociedade não ocidental, a violência da colonização ataca até mesmo os elementos que podem ser considerados triviais, como é caso da arte.

Referindo-se ao seu consumo literário na infância, Adichie pontua que foi: uma leitora precoce e o que lia eram livros infantis britânicos e americanos. Eu fui também uma escritora precoce e quando eu comecei a escrever, por volta dos 7 anos, histórias com ilustrações em giz de cera que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevi exatamente os tipos de histórias que eu

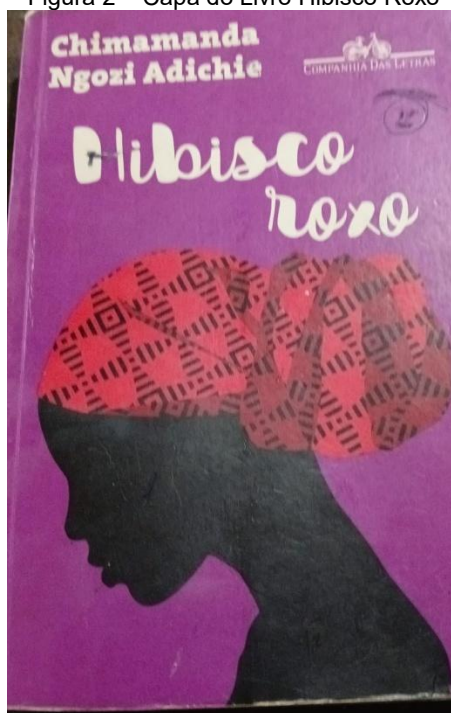
lia. Todos os meus personagens eram brancos e de olhos azuis, eles brincavam na neve e comiam maçãs (ADICHIE, 2009).

Na citação acima, identifica facilmente aquilo que a cultura europeia por vários séculos fortificou: a ideia de que as sociedades não-europeias não possuem história ou qualquer característica que mereça atenção. Muitos estudiosos do século XIX (e eu diria dos dias atuais também), disseminaram a ideia de que a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento (HEGEL, 1981, p.08).

Ou seja, se não é um continente mutável, logo não é preciso ser estudado ou representado, nem pelos europeus, nem pelos próprios africanos. Este é apenas um dos aspectos da violência causada pela colonização europeia em África. A violência é intrínseca ao conceito de colonialismo, visto que esse nada mais é que o ato de impor “a dominação, a desumanização, a realocação, a perda de identidade, a diáspora, o preconceito racial, a tortura, a banalização da vida, enfim, toda a insensatez que a natureza humana em desequilíbrio pode acionar” (PEZZODIPANE, 2013, p. 89). Esta história-ruína, que começou bem antes do século XX, ainda encontra-se latente em forma de trauma atualmente.

Nesse sentido, o conceito de trauma pode nos auxiliar a compreender as próximas páginas deste trabalho, a palavra trauma, no grego antigo, significa “ferida” e originalmente fazia referência a uma lesão causada ao corpo. Para Márcio Seligmann-Silva (2012), o trauma deve ser visto sempre como um momento de ruptura e choque. Além do princípio do prazer (1920) de Sigmund Freud, foi a primeira obra escrita a trabalhar de maneira sistemática a teoria do trauma. Nele, Freud utiliza da significação da Grécia antiga para definir tal conceito: uma ferida infligida à mente, à memória ou à capacidade de dar significação a acontecimentos vividos, um ferimento ocasionado por um evento que vai além dos limites da nossa percepção, tirando a forma da experiência. Freud ressignifica a palavra trauma, que deixa de estar vinculada apenas à ferida corporal explícita, mas agora está vinculada à mente, local de difícil cicatrização.

Figura 2 – Capa do Livro Hibisco Roxo



Fonte: Adchie, 2011

Para além disso, nesta nova escrita de Freud, o trauma tem desdobramentos que vão além da estrutura psíquica individual. Segundo Rabaté (2016), o campo dos estudos do trauma estabeleceu-se nas últimas décadas do século XX com os estudos de Cathy Caruth sobre o Holocausto. Caruth problematiza em algumas obras a possibilidade de registro e figuração dos eventos traumáticos, que “são destinados a repetir-se compulsivamente, literalmente e de forma muda”, sendo “a ferida do trauma tão profunda que contaminaria os órgãos de percepção e memória” (RABATÉ, 2016, p.08), sendo impossível assimilarmos todo o evento traumático.

Conforme Ginzburg, o resultado do trauma é “a condição melancólica, que resulta da experiência dolorosa de perda, cujos limites, no campo coletivo, são inexatos e indeterminados” (GINZBURG, 2000, p.47). Caruth vai dizer, analisando a literatura do Holocausto, que o trauma não pode ser localizado no simples evento do passado individual de um sujeito, mas na maneira como sua natureza inassimilável retorna para assombrar o indivíduo no presente.

Quando o ser humano passa por uma situação traumática, o ser não consegue acessar a consciência, até que ela retorne em pesadelos e ações do cotidiano. Muitos autores vão dizer que essa repetição acontece devido à impossibilidade da mente de lembrar, registrar e figurar, devido à excessividade do evento traumático. Segundo Seligmann-Silva (2012), trauma histórico é um termo moderno que deve ser aplicado

para eventos dos séculos XX e XXI. Na Psicanálise o trauma é individual, na História o trauma tanto é individual, como coletivo, sendo o particular passível de utilização para se compreender o comunitário. Dentro desse pressuposto, o testemunho do trauma é de extrema importância, pois é a partir do compartilhamento das memórias do trauma que a história chegaria a uma verdade. Fazer juízos através disso não torna a história menos confiável.

Conforme Juan Pablo Borda Bohigas (2015), o trauma histórico é um trauma coletivo infligido a um grupo de pessoas que compartilham uma identidade (no caso, a identidade nigeriana-igbo), afiliação, etnicidade, raça e/ou religião, que se caracteriza pelo legado transgeracional dos eventos traumáticos vivenciados e se expressa por meio de várias respostas psicológicas e sociais. Esse constructo foi proposto em contraste com o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), devido às limitações identificadas para abordar, a partir dessa categoria diagnóstica, os traumas coletivos em situações de violência política e social. Sendo um evento caracterizado pelo legado transgeracional, descendentes de um grupo de pessoas podem agir como seres traumatizados, ainda que não tenham vivenciado a experiência violenta em si, mas a partir da tradição oral e escrita, dos patrimônios, instituições públicas e das mudanças epigenéticas passam a carregar tal peso consigo.

Em relação ao último ponto levantado como forma de hereditariedade do trauma, trago algumas considerações. Heijmans (2008), com base em experimentos, afirma que condições ambientais/sociais podem causar mudanças epigenéticas que persistem ao longo da vida do ser humano. Conforme o autor, mudanças epigenéticas são as alterações ocorridas no DNA. Nesse sentido, essas mudanças podem ser transmitidas de forma hereditária. Analisando especificamente a experiência da fome que ocorreu na Holanda, nos anos de 1944 e 1945, no contexto do final da II Guerra Mundial, o autor afirma que os descendentes de indivíduos que passaram fome nesta ocasião têm comportamentos genéticos diferentes.

Seguindo nesta corrente teórica, alguns estudiosos afirmam que o desenvolvimento de variados tipos de câncer e doenças inflamatórias estão relacionados a essas mudanças epigenéticas. Indo de encontro com as ideias de Heijmans, Parsons e Ressler (2013), propõem que sintomas de transtorno de estresse pós-traumático podem ser desenvolvidos através da hereditariedade. Segundo os autores supracitados, é a partir das sequências genéticas do DNA que ocorrem as transmissões biológicas entre as gerações.

As mudanças epigenéticas levantadas por Heijmans ocorreriam exatamente na expressão dessas sequências genéticas. No intuito de testar sua hipótese, Parsons e Ressler (2013) realizaram um estudo com ratos de laboratório. Colocando os animais numa caixa de vidro, soltando o cheiro de um produto químico chamado acetofenona através de uma pequena câmara, enquanto davam pequenos choques elétricos nos ratos machos, os pesquisadores afirmam que os animais aprenderam a associar o aroma à dor, demonstrando comportamento acelerado na presença de acetofenona mesmo sem choque.

Conforme os autores, esta reação foi transmitida para suas proles, que mesmo nunca tendo encontrado acetofenona em suas vidas, demonstraram sensibilidade aumentada quando introduzida ao seu cheiro, estremecendo mais marcadamente em sua presença em comparação com os descendentes de ratos que foram condicionados a serem assustados por um cheiro diferente ou que não passaram por tais experiências.

A terceira geração de ratos também manifestaram essa reação. Segundo Parsons e Ressler, tais dados podem ser aplicados aos seres humanos, tendo em vista a semelhante organização neurológica dos animais testados e dos humanos. Acredito que uma experiência traumática, intermediada pela escrita da história, pode tornar um evento digerível e, ao acontecer isso, impactos poderão ser vistos no indivíduo e na sociedade. A mediação através da escrita da história muda a estrutura mental daqueles/as que refletem sobre os acontecimentos traumáticos; esses/as sujeitos/as, conseqüentemente, prezarão pela prevenção e remediação desses ocorridos.

Por muito tempo situações traumáticas foram negadas ou pouco lhes demos importância; tentamos esquecer os traumas para “superá-los”. Mas nos enganamos quando tentamos “esquecê-los”, visto que o trauma é latente até que resolvamos o remediar. Segundo Freud (1895), uma experiência torna-se traumática porque tal vivência fica dissociada e fora da percepção do consciente, sendo caracterizada também pela presença forçada na vida daquela sociedade ou daquele indivíduo. O trauma acontece pelo despreparo dos indivíduos e da sociedade perante o evento traumático e, como o próprio Freud (1931) pontuou, tal acontecimento causaria “paralisia mental e intensas tempestades emocionais”.

Nesse sentido, Sidnei Schestatsky afirma que, aqueles/as que sofrem de algum trauma, desenvolvem uma permanente hipervigilância e sensibilidade frente as

ameaças ambientais. Do ponto de vista histórico e sociológico do trauma, políticas de reparação e responsabilização, possibilitando a reconciliação e construindo uma “história a serviço da reconstrução moral e política de comunidades injustiçadas” (ROSA, 2012, p. 345), tornam-se necessárias para colocar um “fim” ao trauma. Para Johnny Rosa, as políticas públicas de reparação “contribuem para a construção de um senso comum democrático, substituindo o arcabouço de valores introduzidos por regimes opressivos e fomentando o estabelecimento de reconciliações” (ROSA, 2012, p. 345).

Destarte, é necessário que as pessoas de uma sociedade assumam coletivamente a responsabilidade pela reparação de eventos potencialmente traumáticos, como a violência do colonialismo. Neste caso, caberia à Europa e, principalmente, à Inglaterra, reparar os males causados à Nigéria e, conseqüentemente, responsabilizar-se por isso. No entanto, “admitir a culpa não absolve, necessariamente, o agressor, mas pode, pelo menos, abreviar a recitação dos crimes e a experiência de reviver as dolorosas provas” (ACHEBE, 2012, p. 18). Rosa (2012), em seu artigo intitulado, a cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada, é muito feliz ao afirmar que para cada violação dos direitos humanos, deve haver um reparo adequado, efetivo e rápido.

No entanto, muitas atrocidades, como já sabemos, continuam sem responsáveis, sem reparos e, pior ainda, estão sendo silenciadas e/ou negadas. Nesse sentido: a memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual (RÜSEN, 2009, P.164). O ato da reparação consiste então na tentativa de exterminar ou amenizar os danos físicos, mentais, materiais, econômicos e educacionais de uma sociedade e/ou grupo social. Conforme Rosa, há cinco formas de políticas reparatórias: “são elas: I) a restituição, II) a compensação III), a reabilitação, IV) a satisfação e (V) as garantias de não repetição dos crimes praticados no passado” (ROSA, 2012, p. 347).

A primeira política está relacionada à restauração da liberdade; a segunda está vinculada ao apoio financeiro e material, visto que o evento traumático viola direitos. A reabilitação seria a assistência psicológica e jurídica; a satisfação é a verificação dos fatos, que deve resultar na revelação dos eventos e culminar num aprendizado

para o presente e para o futuro. Nesse sentido, a escrita da história é essencial para elucidar as memórias daqueles/as que tiveram seus direitos violados. Quanto a essa garantia de não-repetição dos crimes praticados no passado, Rosa pontua a necessidade da criação de “mecanismos que ajudem na prevenção, monitoramento e resolução de conflitos sociais, bem como na revisão e alteração de leis que favoreçam os direitos humanos” (ROSA, 2012, p. 347).

Para tais reparações é necessário um bom relacionamento com o passado e que enxerguemos os eventos do pretérito como parte de nosso presente. Requer que não esqueçamos o que ocorreu, requer a empatia (como já dizia Todorov), requer o compromisso de não deixar o evento se repetir, pois sem memória e consciência histórica não há condição de reparação e reconciliação, não há justiça possível. A história tem o poder de transformar o trauma em escrita exemplar e reparadora, além de possibilitar a prevenção de eventos traumáticos. Quando não conseguimos perceber que os atos do passado cometidos por determinadas instituições, pessoas e grupos sociais fazem parte do nosso cotidiano, a reparação é dificultada e longínqua. Sendo assim, devemos fugir da negação sobre determinados fatos históricos e construir memórias compartilhadas.

O Holocausto nos lembra vivamente que cada um de nós é pessoalmente responsável por estar a postos, em todos os tempos, contra um mal semelhante. A memória do Holocausto precisa nos servir como lembrança, em cada aspecto de nossas vidas cotidianas, que jamais as pessoas devem perpetrar o mal contra as outras. Jamais o ódio étnico deve ser permitido; jamais o racismo e a intolerância religiosa devem reinar sobre a terra. Cada um de nós precisa firmar a decisão de jamais permitir que as tragédias do Holocausto ocorram novamente. Esta responsabilidade começa com cada um de nós – hoje (RÜSEN, 2009, p. 197). 36 Uma das linhas teóricas sobre o conceito de trauma afirma que nos tempos modernos o cotidiano pode ser considerado traumático, visto que estamos expostos a experiências que nunca fora um problema.

No entanto, atento para uma questão: se considerarmos que o nosso cotidiano é traumático, estaríamos banalizando eventos visivelmente catastróficos que destruíram centenas, milhares e até milhões de vidas. Sendo assim, devemos considerar o processo de colonização britânica na Nigéria como um evento único e singular, cujos parâmetros não podemos mensurar, pois é isso que caracteriza o trauma: a falta de referências para lidar com o evento. Destarte, é mais que necessário

falarmos sobre os traumas e aceitarmos o seu caráter singular.

Nesse mesmo sentido, Baratto afirma: O traumático requer, pois, dois tempos: o tempo do acontecimento e o a posteriori, que é o tempo da produção de sua significação, no qual pode ter lugar o sintoma. Isso conduz a duas conclusões: a primeira é que o valor do trauma não está no acontecimento em si, mas na associação estabelecida pelo sujeito; a segunda, derivada da primeira, é que o traumático é sempre singular (BARATTO, 2009, p. 77). Refletindo o que já foi escrito até aqui, acredito que a escrita desse trabalho pode ser interpretada como uma forma de reparação historiográfica social, na medida em que se insere no campo de trabalhos contra-hegemônicos. Outrossim, enxergo a obra literária de Adichie como testemunho de experiências traumáticas infligidas aos nigerianos.

A escrita-narrativa de Adichie em *Hibisco Roxo*, expressa e representa uma possível realidade que não tem por objetivo fazer que seus/suas leitores/as entendam as dores causadas pelo imperialismo britânico na Nigéria, mas sim narrar ou pelo menos tentar narrar o trauma em seu aspecto incompreensível, as consequências causadas por este processo. O legado transgeracional é evidente pelo simples ato de Adichie escrever nos dias atuais um romance com a temática do silêncio, do trauma, das imposições religiosas cristãs à sociedade nigeriana e suas ressignificações.

Do ponto de vista social, se algo do passado ainda hoje é discutido/escrito, é porque tal fato não ficou no passado; ainda atormenta a mente daqueles/as que estão na linha tênue do presente. Tanto os relatos dos eventos, como o silêncio relacionado ao trauma, falam sobre a dor inconcebível e de difícil assimilação. Em *Hibisco Roxo*, a personagem protagonista, Kambili, nos comunica todas as suas angústias através do silêncio e introspecção. Pensando nisso, compreendo que o silêncio sobre determinados eventos também pode ser uma forma de resistência, uma espera por espaços de fala.

Acredito que sem memória não há motivo para a vida, Adichie, ciente disso, procura ressignificar as memórias de dor, sofrimento e silêncio, para assim, reescrever uma história nigeriana silenciada e negligenciada pela historiografia ocidental. Mais do que isso, podemos entender o romance *Hibisco Roxo* como um grito que busca quebrar um trauma construído no passado para projetar um novo futuro. Nesse sentido, Adichie, em sua obra, utiliza-se tanto da memória, quanto da sua consciência histórica. Sobre isso Rüsen coloca: A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto a consciência histórica é mediada. A memória está

mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro

O processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro (RÜSEN, 2009, p. 166). Uma das características do trauma é a ruptura daquele/a que sofreu tal ação com a sociedade. Se continuas em vida, os indivíduos traumatizados/as lembrarão constantemente do evento, como se este permanecesse no presente, como se fosse uma força atual em constante atividade. Se no mundo contemporâneo nós somos os seres traumatizados, a memória e o testemunho tornam-se essenciais para a digestão do evento.

Neste sentido, conforme Baratto (2009), a paciente traumatizado/a, através da narrativa, libera suas emoções, descarrega e liberta o trauma. Agora, se no mundo contemporâneo nós somos os seres que causaram traumas em outrem ou fomos telespectadores de tal ação, é de extrema importância, como já disse, a reparação, que inclui escutarmos as vozes traumatizadas que buscam por um local em que viver o trauma não seja uma imposição.

Em Memória, Esquecimento, Silêncio, Michael Pollak pontua que a memória coletiva é representada de várias formas, como “as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias” (POLLAK, 1989, p. 03). Acrescentando a esta lista, proponho também o romance histórico, uma área fértil para a representação individual e coletiva da memória. Obviamente, o ato de rememorar seleciona o que é importante. Por muito tempo a historiografia selecionou as memórias hegemônicas, europeias e brancas, atribuindo-as a característica de “verdadeiras”. Hibisco Roxo é uma obra que aponta para a possibilidade de outras memórias, outros testemunhos, outras histórias sobre a Nigéria.

O romance de Adichie também pode ser interpretado como uma tentativa de significação da realidade, ou seja, como o tempo posteriori abordado por Baratto (2009), ou a denominação “período de incubação” levantada por Freud (1919), quando ocorre a manifestação categórica dos sintomas do trauma. Conforme Pollak, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa inicialmente encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 06). Creio que este momento chegou, não só para Adichie,

mas para todas/os escritoras/es nigerianas/os que estão recebendo reconhecimento ocidental por suas obras literárias. Aquele/a que realiza um testemunho (oral ou escrito) “tem autoridade absoluta, já que não podemos desafiar o trauma do outro: só podemos acreditar nele, até mesmo nos identificarmos com ele, ou não” (FOSTER, 2014, p. 168).

Foster (1996) coloca que não podemos duvidar do trauma experienciado por outrem. Podemos considerar então que o romance de Adichie é um relato ou testemunho, sendo que ela não vivenciou o período colonial nigeriano? Por esse ângulo trago as contribuições de Beatriz Sarlo, em sua obra intitulada *Tempo Passado*, a autora apresenta o conceito de pós-memória: “como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós memória seria a ‘memória’ dos filhos sobre a memória dos pais)” (SARLO, 2007, p. 91). Neste conceito, as lembranças são vicárias e mediadas através do relato de quem vivenciou o acontecimento ou através da mídia, por exemplo.

A pós-memória ou memória de segunda geração nada mais é que um relato “produzido em segundo grau, com fontes secundárias que não vêm da experiência de quem exerce essa memória, mas da escuta da voz (ou da visão das imagens) dos que nela estão implicados” (SARLO, 2007, p. 92). A pós-memória é o círculo que protege a memória, ou seja, esta última é o núcleo da primeira. A autora propõe que o uso do conceito de pós-memória seja reservado exclusivamente para os relatos “da primeira geração depois dos fatos” (SARLO, 2007, p. 113). Sarlo realiza uma série de críticas à proposta conceitual de pós-memória. Analisando o caso dos filhos que tiveram seus pais perseguidos, torturados e eliminados pela Ditadura Civil Militar argentina, a autora afirma que essa segunda geração se referiu “a esse passado político para superá-lo, não porque se sentissem diretamente afetados, mas porque isso fazia parte de uma dimensão pública”. Pensando nisso, Sarlo propõe que a pós-memória é “uma correção decidida da memória” (SARLO, 2007, p. 104).

Acredito que no caso da escrita de Adichie sobre o processo de colonização britânica, há uma simbiose entre o público e o privado, visto que há uma forte tradição oral familiar nos grupos étnicos da Nigéria. 39 Não posso em minha escrita afirmar que Adichie ou qualquer outra escritora é traumatizada. Mas entendo que existem personalidades representantes das vítimas, diretas ou indiretas, de eventos potencialmente traumáticos. Mesmo que a autora nigeriana não tenha nenhuma memória traumática direta em relação aos processos colonizadores religiosos

britânicos em Nigéria, podemos, no mínimo, afirmar que há empatia por parte da romancista, que através de sua escrita abraça a possibilidade de remediar eventos traumáticos; e que, neste caso, Adichie enxerga no transcorrer da história a presença colonial, optando por divulgar os meios pelos quais a Nigéria contemporânea tornou-se o que é.

Considero os processos de colonização como traumáticos, na medida em que suas práticas resultaram na aniquilação, ruptura e/ou desestruturação dos meios de vida (culturais e identitários) tradicionais locais. O término jurídico do processo de colonização política na Nigéria não foi o suficiente para os nigerianos/as se desfazerem das amarras impostas pelos britânicos. A experiência do colonialismo tornou obrigatório viver em um conflito permanente entre a tradição local e as influências ocidentais. O espírito britânico se instalou na Nigéria de tal modo, impondo a todos e todas o seu modo de vida, isto é, sua religião, sua língua, sua cultura e sua estrutura política, ainda que houvesse resistência e ressignificações por parte dos/as nigerianos/as.

Se o trauma é uma ferida infligida à mente, caracterizada pelo seu elemento fantasmagórico de repetição mental e pelo seu legado transgeracional, só posso chegar à conclusão que o trauma não tem cura, ao contrário do que Nunes (2016) afirmara. O que não quer dizer que estamos fadados/as a um modo de vida ou à falta de perspectivas pelo futuro. O que podemos fazer é remediar/prevenir para que novos eventos traumáticos não se instalem no presente.

Considerando isso, é válido ressaltar que não só os traumas são transmitidos por gerações, mas também “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (KAËS, 2001, p. 09). Neste capítulo, utilizei-me de diversas fontes bibliográficas para conseguir traçar algumas características do conceito chave dessa monografia, inclusive de autores que conceituam e caracterizam o trauma a partir de um ponto de vista biológico. Por um bom tempo, o uso de referenciais com discursos biológicos serviu para determinar o modo como determinadas sociedades funcionavam, principalmente as sociedades africanas. Conscientemente, decidi também “beber” desses referenciais, mas não para reforçar ideias deterministas, mas para traçar outros panoramas sobre a Nigéria.

4.1 Apontamentos sobre a Nigéria

Seguindo a perspectiva defendida pelo queniano Ali Mazrui (2010), pode-se afirmar que o processo de colonização europeia no continente africano, iniciado no final do século XIX, atrapalhou o desenvolvimento técnico de seus habitantes. Antes dos últimos vinte anos do referido século, os europeus pouco adentraram no miolo do continente negro. Com o fim do tráfico de escravizados para as Américas e para o Oriente, as superpotências econômicas da época careciam de outras formas de enriquecimento. A saída? A invasão e exploração dos seus vizinhos territoriais do sul. Já no século XX, entre 1935 e 1945, a Grã-Bretanha controlava dezesseis territórios africanos, o que só foi possível devido à ação colonial de sistemas administrativos múltiplos em um mesmo território. A administração podia ocorrer de forma direta ou indireta, “por intermédio dos chefes tradicionais que se haviam tornado os principais responsáveis pelos organismos locais” (CROWDER, 2010, p. 96).

No entanto, Crowder pontua que é um engano pensar que não houve nenhum tipo de governo direto: o chefe recebia as suas instruções e raramente era consultado quanto à sabedoria ou aos fundamentos das medidas [...]” (CROWDER, 2010, p. 97). Para além disso, os chefes locais estavam sob constante vigilância da administração britânica. Conforme a historiografia sobre o continente africano, as potências coloniais, ora praticaram uma “política de assimilação pura e simples, em matéria linguística, educacional e cultural, ora uma política de assimilação seletiva e mais nuançada” (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 631-632).

Nesse sentido, a Grã-Bretanha inseriu sua língua nos primeiros anos do ensino fundamental, através do ensino de história, geografia, religião e história natural que, no final das contas, servia para introduzir a língua inglesa nas colônias africanas, sendo uma das formas de violência do processo colonial e de impacto negativo na Nigéria. Dominadores e dominados buscaram aprender a língua um do outro no intuito de não se deixar ser enganado. No caso britânico, houve também o interesse em dominar as línguas africanas, para assim inserir sua língua, seus costumes, seus modos de vida. A violência linguística era tanta que, na década de 1940, obras literárias escritas em línguas africanas “não podiam ser impressas senão após a sua publicação em afrikaans, francês, inglês ou português” (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 636). Visto esse histórico, podemos entender atualmente um dos motivos para o sucesso internacional de Adichie, que não escreve seus romances na língua igbo, mas

sim em inglês, o que, em compensação, lhe permite disseminar sua escrita em um número maior de países, concomitantemente, representar uma pretensa literatura nacionalista, que responde aos critérios do mercado de editores britânicos.

De acordo com Sow e Abdulaziz, nos Estados do continente africano atual, é verossímil que poucos se preocupem em dominar a prática escrita e oral das línguas africanas. As expressões literárias orais africanas ainda existentes são associadas ao arcaísmo. Sendo assim, os autores apontam que, “mais do que nunca, no início do terceiro milênio, o tempo urge contra as línguas africanas”, as quais nem nos ambientes escolares têm ganhado espaço (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 660).

Mesmo após o fim político da colonização britânica, os dirigentes políticos das colônias: demonstravam-se reticentes em promover estas línguas, por eles estimadas tão numerosas e abertas, além de potencialmente comprometedoras, no que diz respeito à construção nacional dos novos Estados, capazes de criar inúteis divisões junto aos africanos, justamente aquando da necessária unidade (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 636).

Em relação à linguagem escrita, a historiografia sobre a escrita literária no continente africano afirma que na década de 1930 houve um boom da literatura construída por africanos/as, devido ao aumento da alfabetização e o desenvolvimento da educação básica e do ensino superior, responsável por criar escritores. As principais categorias literárias produzidas neste momento foram: a poesia, o drama, o teatro e, por último, o romance.

É válido ressaltar que desde sempre o continente africano contou com a existência de poetas, oradores e autores de canções. Pensando nesse boom literário, autores como Ali Mazrui, Mario de Andrade e Jan Vansina realizam a seguinte ponderação: Se a poesia consistia na forma literária autóctone melhor enraizada nas tradições do continente, o romance ali apresentava-se como a forma mais estrangeira. Inclusive, no próprio mundo ocidental, este gênero é, antes e sobretudo, um produto do século XIX e da revolução industrial” (VANSINA, 2010, p. 65, 66). Sendo assim, o romance foi um produto que representou bem a presença da cultura europeia na Nigéria, ainda que a poesia, após o século XIX, tenha angariado a temática religiosa cristã e islâmica para suas narrativas. Como colocado anteriormente, livros escritos por africanos só podiam ser publicados se tivessem uma versão em línguas europeias antes. Aliado a isso, havia uma escassez de gráficas e editoras na Nigéria; o custo de

produção de livros era altos e havia pouca aquisição dessas obras pelo público. Mesmo sofrendo influências do cristianismo na escrita literária, “a África mobilizou as línguas e literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africana” (MAZRUI, 1935, p. 68).

Desse modo, a literatura europeia contribuiu para criar um “elo entre a arte e a militância na África, como podemos perceber no boom da literatura africana, principalmente dos romances, no mundo ocidental, nos séculos XX e XXI. Nessa proliferação de literaturas africanas a partir de 1930, podemos elencar sete principais temas abordados por escritores africanos em suas obras literárias: a oposição entre passado e o presente da África, o conflito entre tradição e modernidade, mundo africano e mundo estrangeiro, conflito entre indivíduo e sociedade entre o privado e o público, socialismo e capitalismo, desenvolvimento e autossuficiência, e africanidade e humanidade.

A literatura africana também evocou os impactos do cristianismo na África: o impacto do cristianismo situou-se em múltiplos níveis: ele influenciou as concepções do saber, os métodos de educação das crianças, os rituais de iniciação e de passagem, o conceito do bem e do mal, além dos paradigmas explicativos dos fenômenos naturais, assim como, sob uma ótica mais ampla, a interpretação do domínio metafísico e sobrenatural. O cristianismo ocidental foi, por conseguinte, um fator fundamental de ocidentalização da África (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 681).

Se não todos esses aspectos da escrita literária africana do século XX, pelo menos metade deles são observáveis na literatura africana atual, que inclui a obra *Hibisco Roxo*. Ou seja, há uma persistência em algumas temáticas levantadas por autores/as ao decorrer do tempo. A ocidentalização produziu autores/as (indivíduos) para as obras literárias, antes sem autores por se tratar da tradição oral: O próprio nascimento de uma literatura escrita em línguas europeias marcou uma importante ruptura em relação às tradições coletivas de um patrimônio transmitido oralmente. Com a nova tendência, sobrevieram o direito autoral literário, os direitos dos autores versados individualmente e os regulamentos contra o plágio (MAZRUI, 1935, p. 683).

A Nigéria moderna data de 1914, quando os Protetorados Britânicos do Norte e Sul da Nigéria se uniram. Localizada na África Ocidental, a Nigéria é o maior país da região. Assim como sua grandiosidade territorial, politicamente o país encabeçou o movimento de descolonização na região. Os nacionalistas nigerianos, formados por

políticos regionais, religiosos e de variados grupos étnicos, exigiam a autonomia imediata ou por etapas. Os britânicos, percebendo esse levante, recorreram a meios pacíficos e constitucionais para o fornecimento da independência de suas colônias. Mas retomo, a iniciativa da luta pela independência foi dos africanos.

Após a Segunda Guerra Mundial evento sustentado pela exploração mineral e pela exploração braçal e mental dos africanos os britânicos começaram “a projetar seriamente a devolução do poder político em mãos dos seus sujeitos africanos” (CROWDER, 2010, p. 92). Mas essa projeção de devolução do poder político se deve, em grande parte, às intensificações de rejeição ao projeto colonial pós 1945 e ao sucateamento das condições de vida. O que gerou manifestações, greves, levantes com ideias nacionalistas, o surgimento de partidos políticos que lutavam pelo autogoverno dos nigerianos, o posterior surgimento da primeira Universidade da Nigéria, em 1948, e a fundação de escolas primárias. Nos territórios invadidos pelos britânicos, “o objetivo implícito da política colonial era, a longo prazo, a outorga da responsabilidade política aos africanos” (CROWDER, 2010, p. 101).

Em 1960, após muita exploração britânica, a Nigéria se liberta politicamente da Inglaterra. O fato da independência política da Nigéria ter ocorrido apenas em 1960, ressalta o caráter recente dos eventos traumáticos, ou seja, ainda é possível sentir o aroma daquilo que já deveria ter sido levado pelo vento/tempo. As marcas geradas desse contato entre o mundo europeu e o africano ficaram expostas, exigindo dos/as nigerianos/as um processo de constante decolonização. Contando com mais de 250 grupos étnicos e 500 línguas faladas, como o yorubá, igbo, fula, hausa, edo, ibíbio, tiv e inglês, a Nigéria foi delimitada territorialmente pelos britânicos no século XIX, com base em suas concepções eurocêntricas de nação e território.

Com a independência, conforme Elaigwu e Mazrui (2010), houve a intensificação das rivalidades interétnicas. Indo de encontro com tal perspectiva, Afonso e Pinheiro afirmam: “este período pós-colonial foi fomentado sobre inúmeras fissuras geradas pela alternância de poder entre os Hauçás/Igbos/lorubas na alternância de poder na região criada pelos ingleses, hoje Nigéria” (AFONSO; PINHEIRO, 2017, p.72). Em sua história pós-contato com os europeus no século XIX, a Nigéria teve uma relação com os britânicos marcada pelo conflito e embate. Foi uma nação que cresceu tendo em sua base as diferenças sociais, políticas, religiosas e culturais, cenário construído a partir da intervenção colonial inglesa.

Sobre isso, Adichie pontua: “a Nigéria era um conjunto de fragmentos presos

por um frágil fecho” (ADICHIE, 2008, p. 185), no caso, a Inglaterra e sua concepção de Estado-nação. Nesse sentido, acredito que as civilizações não têm os mesmos valores, logo não é adequado serem interpretadas de forma generalizante ou que uma civilização imponha suas regras a outra civilização, como se os modos operacionais fossem os mesmos. As elites locais nigerianas, após a independência em 1960, acreditavam que um Estado nigeriano democrático não seria benéfico devido os vários grupos étnicos existentes.

Segundo o autor nigeriano Dauda Abubakar (2001), tal argumento serviu para frequentes golpes de Estado e para a instalação de ditaduras militares que não tinham legitimação popular, o que causou crises e conflitos. O autor defende que esse cenário pode ser encarado também como uma herança do período colonial, visto que a Grã-Bretanha e seu projeto de dominação alterou as relações locais. Vários golpes de Estado ocorreram em busca da hegemonia do poder, como é o caso da Guerra Civil nigeriana, conflito separatista Nigéria-Biafra, ocorrido entre 1967 e 1970.

Para além da diversidade cultural, linguística e étnica, o território da então nação independente foi e continua sendo rica em petróleo mais predominante na região sul o que serviu como argumento para os britânicos, antigos colonizadores, apoiarem belicosamente a região norte do país no período da Guerra de Biafra, prezando pela unificação e não-separação dos territórios. A guerra acabou, mas deixou entre um e três milhões de mortos e a unificação da natimorta 25 nações Biafra à Nigéria.

Segundo a historiografia sobre o evento, Biafra (formada principalmente pelos povos igbos) teve pouco apoio de países africanos ou de qualquer outro lugar, ao contrário dos povos Hauçás-Fulani do Norte. Todo esse contexto é abordado de forma bem delicada por Adichie, em seu romance *Meio Sol Amarelo*. Entre a década de 1970 e a virada para o século XXI, a Nigéria foi assolada por golpes militares. Esses regimes “procuraram manter o poder através da opressão, coerção e manipulação do processo de transição democrática” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 209).

Ao mesmo tempo que grupos minoritários tornavam-se ricos através da corrupção, a maior parte dos nigerianos sofriam as consequências da pobreza extrema, como em períodos anteriores à ditadura militar. Tendo esse contexto colocado, vários setores sociais, como sindicatos, imprensa, movimentos trabalhistas e estudantis e organizações religiosas amplificaram suas atuações nesse período, ainda que houvesse grande opressão e coerção por parte do Estado.

No regime Buhari (1984-5), gastos com educação foram drasticamente reduzidos, imigrantes ilegais foram expulsos da Nigéria, críticas ao (des)governo eram resolvidas com silenciamento ou através da detenção de jornalistas e fechamento de meios de comunicação, greves foram proibidas. Do mesmo modo, a população foi às ruas protestar. Por um discurso que afirmava a incapacidade de controlar a economia, o autoritarismo e a falta de senso coletivo de Buhari, Babangida tomou o poder em 1985. Desde o início de seu governo, Babangida procurou explicitar publicamente sua vontade de realizar uma transição democrática, o que só ocorreu em 1993. Ou seja, o governo procurou postergar a saída do poder.

No regime Babangida (1985-1993), o desemprego aumentou, os salários diminuíram, acarretando na diminuição do poder de compra e “dificultando o acesso às necessidades básicas, como alimentos, roupas, eletricidade, assistência médica, educação e qualquer outra coisa que custe dinheiro” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 219), a moeda desvalorizou, a renda per capita diminuiu, a eletricidade tornou-se irregular, empresas públicas foram privatizadas e os serviços de saúde foram sucateados.

Do mesmo modo, houve a intensificação dos conflitos étnicos e religiosos islamismo e cristianismo. Enfim, foi instalado um caos. Não vendo saída para tais questões sociais, muitos nigerianos procuraram abrigo nas instituições religiosas. Este foi o período de grande crescimento das igrejas evangélicas no país, as quais “argumentam que não apenas os indivíduos nigerianos podem ser curados pelo poder da oração, mas também o Estado” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 221). Babangida demonstrava maior vínculo com os islâmicos, o que causou grande desconforto na população cristã e, por conseguinte, violentos confrontos entre cristãos e muçulmanos, assim como uma guerra aberta contra as religiões tradicionais africanas.

O processo de transição democrática de Babangida não foi transparente, nem pacífica. Várias vezes o militar adiou as eleições ou mesmo as cancelou. Tais fatos resultaram em grandes manifestações que, conforme Falola e Heaton (2008), quase transformaram a Nigéria numa anarquia. Tudo isso corroborou para a ressurreição de ideias separatistas no Sudeste Igbo e no Sudoeste Ioruba, assim como um novo golpe militar em 1993, que daria continuidade ao contexto já abordado acima. Sani Abacha toma o poder, no qual fica até sua morte em 1998.

Com a eleição de Obasanjo em 1999, a Nigéria entrou em sua 4ª República. Como de praxe, houve denúncias de corrupção, “mas o desejo de pôr um fim ao longo

período de regime militar abusivo superou em muito as preocupações sobre a legitimidade das eleições” (FALOLA; HEATON, 2008, p. 235). Aqui iniciava o que fora o governo civil mais longo da Nigéria. Economicamente, Obasanjo conseguiu fazer mudanças, mas velhos problemas continuaram, como: tensões étnicas, regionais e religiosas em busca do poder estatal, a pobreza extrema, a corrupção e sua normalização social, a não-remuneração de funcionários públicos por meses, a eclosão contínua de greves, o aumento da mortalidade infantil e a diminuição da expectativa de vida, assim como a exploração das riquezas do país por megaempresas.

Mesmo tendo essa história de continuidade de uma série de fatores, Falola e Heaton (2008) afirmam que, desde 1999, a Nigéria tem vivido um maior diálogo entre Estado e sociedade civil, o que ainda está sendo estruturado numa base social fraca em promover os direitos humanos/sociais. Foi neste contexto que *Hibisco Roxo* foi escrito e publicado.

Após esta pequena digressão, podemos adentrar aos aspectos religiosos na história da Nigéria. Conforme os autores Tharcisse Tshibangu (de Congo), Jacob Ajayi (da Nigéria) e Lamin Sanneh (de Gâmbia), “o africano é um ser profunda e incuravelmente crente, religioso. Para ele, a religião não é simplesmente um conjunto de crenças, mas, um modo de vida, o fundamento da cultura, da identidade e dos valores morais” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). Tal concepção justifica então, se analisado em *Hibisco Roxo*, a luta travada entre o personagem Eugene e PapaNnukwu.

O primeiro buscava a conversão de seu pai, que até sua morte resistiu às investidas euro cristãs do filho. A conversão, por esse ângulo, não seria apenas a derrota das crenças das religiões tradicionais locais, como também significaria a imposição de um modo de vida e de valores morais eurocristãos sobre a sociedade nigeriana. Os autores africanos afirmam também que a sociedade africana está “ancorada na religião tradicional, mesmo tendo sido expandida pelas influências euro cristãs e islâmicas” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). As religiões tradicionais locais não faziam evangelizações e estavam abertas para novas experiências, o que colaborou para a inserção do cristianismo na Nigéria, por exemplo. A religião cristã acredita ser a única religião verdadeira, o que fica perceptível também no romance de Adichie, na medida em que Eugene não aceita nenhum tipo de interferência de outras religiões (ou de seu próprio pai) nos modos operacionais

cristãos. Sobre este aspecto os autores afirmam que: paulatinamente, o cristianismo à imagem do islã, desenvolveu-se na África, inicialmente, em uma relação simbiótica com a religião tradicional.

Entretanto, o cristianismo e o islã apresentam-se como religiões a praticarem o proselitismo, afirmando ambas serem as únicas a terem tido a revelação da Verdade, elas são violentamente concorrenciais e não toleram coexistir com outras religiões, particularmente uma em relação à outra (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). Antes da entrada maciça dos europeus no continente africano, a autonomia social e política das populações africanas definia o grau de africanização do cristianismo e do islã. No entanto, com o processo colonial, mais de 80% da população africana se declarava cristã ou islâmica em 1935. Nesse sentido: a religião tradicional africana foi relacionada, no espírito de grande número de africanos, a uma África do fracasso e subjugada.

Muitos proclamaram então a sua adesão ao cristianismo ou ao islã, símbolos para eles, da evolução, do progresso e do porvir, sem necessariamente abandonar a antiga cosmologia ou as suas crenças religiosas profundas (SANNEH, 2010, p. 66-67).

A ideia que relaciona as religiões tradicionais com o fracasso e com o passado, certamente, está impregnada de uma visão europeia da sociedade, a qual deve caminhar de forma progressista. Este é mais um exemplo adaptável ao personagem Eugene representado por Adichie, posto que a personagem expressa no romance tal perspectiva.

Como bem afirmaram Tshibangu, Ajayi e Sanneh, “este conflito de valores e ideologias provocaram, na vida privada 28 dos indivíduos e das comunidades, um traumatismo, transformado em tema para muitos de seus romances” (2010, p. 607). Um dos motivos para a propagação desses conflitos de valores está no fato de que a maioria dos dirigentes africanos fizeram parte de uma elite formada em escolas ou instituições religiosas, invariavelmente, cristãs ou islâmicas. Sendo assim, poucos dirigentes, independentemente de suas próprias crenças ou práticas ousaram enfrentar as suscetibilidades religiosas dos cristãos ou muçulmanos, abraçando abertamente a religião tradicional” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 608).

Mas em seu corpo interno, os africanos procuraram ressignificar as estruturas impostas pelos europeus e inserir as estruturas africanas no lugar, ou seja, africanizar rituais e conteúdos, impedindo, de certa maneira, a proliferação do colonialismo: A

maioria dos dirigentes recebera uma educação ocidental mas, eles estavam, contudo e extremamente, conscientes do fato que esta última implicava certo grau de colonização mental, de submissão forçada às ideias ocidentais e de alienação em relação às raízes da cultura africana (SANNEH, 2010, p. 613).

Os autores concluem que é necessário percebermos as contribuições positivas e negativas da questão religiosa na África. Os efeitos negativos seriam aqueles que são contrários “ao verdadeiro sentido e às exigências do desenvolvimento na África” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 628). Ainda que as religiões tradicionais locais africanas tenham ficado enfraquecidas após o processo de colonização, tais religiões ainda estão vivas e em constante simbiose com as religiões dadas como oficiais. Os autores colocam que a influência do islamismo assim como do cristianismo denota-se muito claramente, por exemplo, durante a elaboração do arcabouço jurídico africano. Tal é o caso, especialmente, dos códigos da família e dos elementos do código do direito privado, os quais se encontram impregnados de princípios islâmicos ou cristãos, em função de estarmos tratando de um país de maioria islâmica ou cristã (TSHIBANGU, 2010, p. 68).

Desde a virada do milênio o número de muçulmanos tem crescido na Nigéria, representando, conforme Falola e Heaton (2008), cerca de 50% da população, enquanto os cristãos tiveram uma leve estagnação, representando 40% da população. Os outros 10% são representados pelas outras centenas de religiões da Nigéria. Vale ressaltar que esses são os dados oficiais, que não levam em consideração a maleabilidade da população que, muitas vezes, transitam em mais de uma religião, mas que não admitem tal ato.

Tal escolha não foi feita por acreditar que a história da nação nigeriana, em seus próprios termos, não existisse antes da chegada dos europeus ou que não mereça ser destacada. O recorte temporal foi feito por questões metodológicas que buscam identificar os legados desse contato entre Nigéria e Grã-Bretanha para o século XXI, especificamente no romance de Adichie.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática do trauma por meio da análise do romance *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Ngozi Adichie, esta monografia buscou compreender a literatura como uma fonte histórica legítima e relevante para a interpretação do tempo presente. Ao articular a narrativa literária com aspectos da história da sociedade nigeriana contemporânea, foi possível evidenciar como a ficção se constitui como um espaço privilegiado de elaboração simbólica de experiências traumáticas individuais e coletivas, especialmente aquelas silenciadas ou naturalizadas ao longo do processo histórico.

Nesse sentido, este trabalho insere-se no campo das produções científicas de caráter decolonial, ao questionar as narrativas historiográficas tradicionais e propor uma ampliação das fontes e perspectivas utilizadas na escrita da História. Ao analisar uma obra produzida por uma autora africana, que escreve a partir de seu lugar de fala e de sua vivência histórica e cultural, contribui-se para as discussões acerca das reparações historiográficas e da necessidade de se reconhecer outras memórias, vozes e testemunhos historicamente marginalizados.

Conclui-se que o romance de Adichie é capaz de estimular reflexões que extrapolam os limites da obra literária, uma vez que problematiza questões estruturais relacionadas à violência, à religião, à língua e às heranças do colonialismo britânico na Nigéria. A narrativa possibilita a elaboração simbólica de traumas históricos profundamente enraizados na sociedade igbo, os quais foram, por muito tempo, silenciados ou normalizados. Ao mesmo tempo, permite ao leitor repensar seus próprios traumas individuais e coletivos, contribuindo para a construção de uma consciência histórica mais crítica, sensível e comprometida com a justiça social.

A História, enquanto disciplina, deve constantemente se repensar, questionando se suas práticas narrativas e metodológicas reforçam ou rompem com ideias, memórias e discursos opressores. Nesse contexto, a literatura revela-se uma aliada fundamental, pois oferece caminhos alternativos para a compreensão do passado, especialmente quando os registros oficiais se mostram insuficientes ou parciais. Assim, esta monografia constitui-se como uma tentativa de disseminar outras histórias e memórias sobre uma nação do continente africano, tornando os eventos traumáticos do colonialismo mais inteligíveis e passíveis de reflexão crítica.

Em *Hibisco Roxo*, Adichie problematiza de forma contundente a história oficial

da Nigéria, marcada pelas interferências colonizadoras britânicas que impuseram modos de vida, crenças religiosas e práticas linguísticas a uma sociedade plural e diversa. A autora apresenta uma sociedade que, embora resistente às imposições coloniais, permanece profundamente traumatizada por esses eventos, cujas marcas ainda se fazem presentes no início do século XXI. Negar a existência desses rastros do colonialismo significa não apenas desconhecer a história, mas também perpetuar, de maneira simbólica, a lógica colonizadora.

A análise das personagens evidenciou o uso alegórico da narrativa literária como estratégia de representação social. Kambili pode ser interpretada como a personificação de uma sociedade nigeriana silenciada e violentada que, ao longo da narrativa, conquista gradualmente o direito à fala e ao testemunho. Eugene representa a reprodução da violência colonial, especialmente por meio da imposição linguística e religiosa, internalizada e reproduzida no espaço doméstico. Beatrice e Jaja, embora também vítimas dessa violência, reagem de formas distintas, evidenciando diferentes estratégias de assimilação, resistência e ruptura.

Por outro lado, personagens como Ifeoma, Amaka e Amadi simbolizam a possibilidade de liberdade, diálogo e ressignificação do trauma, atuando como catalisadores do processo de emancipação de Kambili. Papa Nnukwu, por sua vez, representa uma Nigéria que resiste às imposições coloniais, ainda que essa resistência implique severas consequências. Dessa forma, o romance demonstra como o gênero literário pode atuar como objeto social de construção da consciência histórica e da reflexão crítica.

Conforme discutido ao longo da monografia, eventos históricos traumáticos caracterizam-se por rupturas profundas entre os indivíduos e a sociedade, produzindo feridas que atingem não apenas sujeitos isolados, mas o tecido social como um todo. Esses traumas, muitas vezes impossíveis de serem plenamente assimilados, manifestam-se por meio da repetição silenciosa e podem ser transmitidos entre gerações. Em *Hibisco Roxo*, tais aspectos tornam-se perceptíveis sobretudo na trajetória de Kambili, cuja experiência evidencia a ausência de reparação e responsabilização em relação às violências cometidas.

Observou-se ainda que, no início do século XXI, as questões relacionadas à imposição da língua inglesa e da religião católica no sudeste nigeriano despertaram especial atenção de Adichie, refletindo preocupações próprias de seu tempo histórico. O romance não pretende representar a totalidade da nação nigeriana, mas focaliza

especificamente a experiência do povo igbo, reconhecendo, assim, os limites da obra enquanto fonte histórica limites estes que não são exclusivos da literatura, estendendo-se também a outras tipologias documentais.

Por fim, destaca-se que o hibisco roxo, elemento simbólico central da obra, ultrapassa a função meramente estética e consolida-se como metáfora da transformação emocional e da resignificação do trauma. Diferente dos hibiscos vermelhos cultivados por Eugene associados à rigidez, ao controle e à repetição da violência, o hibisco roxo representa a emergência do novo, do dissenso e da possibilidade de mudança. Seu florescimento simboliza o lento e doloroso processo de reconstrução subjetiva de Kambili, marcando a passagem do silêncio imposto à consciência crítica, da submissão à autonomia afetiva. Assim, o hibisco roxo sintetiza o movimento central da narrativa: a transformação da dor em possibilidade, do trauma em experiência passível de elaboração simbólica.

Compreende-se, portanto, Hibisco Roxo como uma parábola literária capaz de iluminar experiências semelhantes vividas por outras sociedades africanas submetidas às imposições coloniais europeias. Este trabalho não teve a pretensão de esgotar as interpretações acerca do trauma presente na obra, mas de inaugurar um campo de reflexão que pode e deve ser ampliado em futuras pesquisas. Os eventos traumáticos do passado devem servir como alerta para que tais violências não se repitam, contudo, diante da imprevisibilidade da história, torna-se fundamental que, caso ocorram, o silêncio seja rompido, dando lugar à memória, ao testemunho e à resignificação processos nos quais a literatura desempenha papel essencial.

REFERÊNCIAS

- ABDULAZIZ, Mohamed H. Língua e cultura. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). **História Geral da África**, VIII. Brasília: UNESCO, 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio sol amarelo**. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ALEXANDER, Jeffrey; et al. **Trauma Cultural e Identidade Coletiva**. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 1-30.
- ANDRADE, Mário de. A literatura africana e a consciência nacional. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Post-Colonial Studies Reader**. 2. ed. London: Routledge, 2002.
- ATHANASIOU, Athena; BUTLER, Judith. **Dispossession**: The Performative in the Political. Cambridge: Polity Press, 2013.
- BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo o Gênero**. Nova York: Routledge, 2004.
- CARNEIRO, Sueli (Org). **Mulheres Negras**: Uma Questão de Direitos Humanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARUTH, Cathy. **Experiência não reivindicada**: trauma, narrativa e história. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. **Da Revelação à Revolução**: Cristianismo, Colonialismo e Consciência na África do Sul. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CROWDER, Michael. **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAKIN, Paul John. **Vivendo Autobiograficamente**: Como Criamos a Identidade na Narrativa. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

EVARISTO, Conceição. Mulheres Negras e a Literatura Brasileira. In: Evaristo, Conceição (org.). **Mulheres Negras e a Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

FELMAN, Shoshana. **Testemunho**: Crises do Testemunho na Literatura, Psicanálise e História. Nova Iorque: Routledge, 1992.

FRANK, Arthur W. **O Narrador Ferido**: Corpo, Doença e Ética. Chicago: University of Chicago Press, 1995. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FALOLA, Toyin. **Colonialism and Violence in Nigeria**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

FRANK, Arthur. **The Wounded Storyteller**: Body, Illness, and Ethics. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMAN, Judith. **Trauma e recuperação**. Nova York: Basic Books, 1992.

HOOKS, Bell. **Killing Rage**: Ending Racism. New York: Henry Holt and Co, 1995.

HOOKS, Bell. **Feminism is for Everybody**: Passionate Politics. Cambridge: South End Press, 2000.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996.

LAUB, Dori. **Testemunho**: Crises do Testemunho na Literatura, Psicanálise e História. Nova Iorque: Routledge, 1992.

LACAPRA, Dominick. Writing History, Writing Trauma. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAZRUI, Ali. A; CHRISTOPHE, Wondji. **História Geral da África** [1935]. Brasília, Unesco, 2010.

MAZRUI, Ali A.; ELAIGWU, J. Isawa. O desenvolvimento do Estado moderno na África". In: **História Geral da África, VIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de autoinscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2011.
Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

NWAKANMA, Obi; CHISTOPHE4R, Okigbo. **1930-1967: Thirsting for Sunlight**. Ibadan: James Currey, 2010.

NWAKANMA, Obi. Black Orpheus, Transition, and the Invention of Modern African Literature. In: **The Cambridge History of African and Caribbean Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PINHEIRO, Miliane de Carvalho. A escrita de si como prática de liberdade. In: **Revista Feminismos**, 2017, p. 72.

RIBEIRO, Djamila (org.). **Lugar de Fala: Uma Questão de Direitos Humanos**. São

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RYE, Northrop. **Anatomia da crítica: quatro ensaios**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Literatura e trauma**. O local da diferença: ensaios sobre memória, arte e literatura. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 63-96.

SOW, Alpha I.; ABDULAZIZ, Mohamed H. A língua e o desenvolvimento social na África. In: **História Geral da África, VIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TODOROV, Tzvetan. A memória, perigo para a história. In: **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TSHIBANGU, T.; AJAYI, J. F. Ade; SANNEH, L. A religião na África desde 1935. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 628-662.

VAN DER KOLK, Bessel. **O corpo guarda as marcas**: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Nova York: Viking, 2014.

WHITEHEAD, Anne. **Trauma Fiction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.